



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Salvador-BA, 2011



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010.

Salvador-BA, 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABACAFÉ - Associação dos Produtores de Café do Oeste da Bahia
ACNB - Associação dos Criadores de Nelore do Brasil
ADAB - Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia
ALP - Área Livre de Pragas
APC - Associação dos Produtores de Cacau
APOIOAGRIC1 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas
APOIOPEC - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias
APPCC - Análise de perigos e pontos críticos de controle
APPRODUTOR - Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CBIO - Coordenação de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados
CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERTORGAN1 - Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica
CFIC - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CGA - Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins
CGAA - Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins
CGAS - Coordenação Geral de Apoio às Superintendências
CGCD - Coordenação Geral de Combate às Doenças
CGDP - Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGDS - Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
CGI - Coordenação Geral de Inspeção
CGPI - Coordenação Geral de Parcerias Institucionais
CGPP - Coordenação Geral de Proteção de Plantas
CGQV - Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CGSPR - Coordenação Geral de Sistemas de Produção e Rastreabilidade
CGU - Controladoria Geral da União
CGVB - Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
CIER - Coordenação de Infra-estrutura Rural
CIPF - Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária
COAGRE - Coordenação de Agroecologia
CODEBA - Companhia de Desenvolvimento da Bahia
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco
CPAA - Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos
CPIP - Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária
CPV - Coordenação de Produtos Veterinários
CRC - Coordenação de Resíduos e Contaminantes
CSM - Coordenação de Sementes e Mudanças
CTP - Custo total previsto
CTQA - Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal
CTR - Custo total realizado
CUP - Custo unitário previsto
CUR - Custo unitário realizado
DAD - Divisão de Apoio Administrativo
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
DENACOOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DEPROS - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DEPTA - Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

DESENG - Desenvolvimento da agricultura orgânica
DFIA - Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DMG - Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DSA - Departamento de Saúde Animal
DSV - Departamento de Sanidade Vegetal
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERAS - Estabelecimentos Rurais Aprovados pelo SISBOV
FEBREAFTOS - Erradicação da febre aftosa
FENAGRI - Feira Nacional de Agricultura Irrigada
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
FFA's - Fiscais Federais Agropecuários
FISAGROTOX - Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
FISCAGRIC1 - Fiscalização de serviços agrícolas
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCANIMAL2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos
FISCGENE - Fiscalização de material genético para multiplicação animal
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCONTRATO - Fiscalização de contratos de repasse
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado
FISCPLANTA2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISPROVET1 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
GEOR - Grupo Gestor Orientado para Resultados
GTA - Guia de Trânsito Animal
IG - Indicação Geográfica
IN - Instrução Normativa
INDIGRAF - Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários
INSPANIMAL3 - Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal
IPVEGETAL2 - Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal
LMR - Limites Máximos de Resíduos
MANUTSFAS - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
OEDSV - Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal
ORGMANEJO2 - Apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas
PAC - Pesquisa Agropecuária, Embrapa
PADCLASSIF - Padronização e classificação de produtos vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
PCEVEGETAL - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
PI - Plano Interno

PI's - Planos Internos

PISA - Projeto de Produção Integrada em Sistemas Agropecuários de Bacias Hidrográficas

PNCBT - Programa Nacional do Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose

PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes

PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias

PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa

PNSA - Programa Nacional de Sanidade Avícola

PNSE - Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos

PNSS - Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos

POA - Plano Operativo Anual

PPA - Plano Plurianual

PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

PROMOCOOP2 - Desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo

QTP - Quantidade Total Prevista

QTR - Quantidade Total Realizada

RAIA - Reunião Anual de Insumos Agrícolas

RDSV - Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças

REPOL - Rede Baiana de Polinizadores

RESIDUOS - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal

SAG - Seção de Atividades Gerais

SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação

SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada

SCC - Setor de Compras e Contratos

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SE - Secretaria Executiva

SEAP/BA - Secretaria de Aquicultura e Pesca no Estado da Bahia

SEDESA - Serviço de Sanidade Agropecuária

SEFAG - Serviço de Fiscalização Agropecuária

SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas

SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários

SEOF - Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

SeSAG - Seção de Suporte Agropecuário

SFA/BA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia

SGP - Serviço de Gestão de Pessoas

SIAFI - Sistema de Administração Financeira

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Convênios e Contrato de Repasse

SIE - Serviço de Inspeção Estadual

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção

SISBOV - Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

SMAP - Setor de Manutenção Predial

SMP - Setor de Material e Patrimônio

SPR - Setor de Protocolo

SRH - Seção de Recursos Humanos

SSA - Serviço de Saúde Animal
SSV - Serviço de Sanidade Vegetal
STR - Setor de Transporte
SUASA - Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal
SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária
SVO - Serviço Veterinário Oficial
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia Da Informação
TPF - Total passivo de fiscalização pela unidade
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UP – Unidade de Produção
UPB - União dos Municípios da Bahia
UR - Unidade Regional
UR's - Unidades Regionais
UTR - Unidades Técnicas Regionais
UTRA - Unidades Técnicas Regionais de Agricultura
UVAGRO - Unidades de Vigilância Agropecuária
UVL's – Unidades Veterinárias Locais
VIGIAGRO - Vigilância Internacional Agropecuária
VIGIFITO1 -Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos
VIGIZOO2 - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

Título	Página
Quadro 01. Identificação da Unidade Jurisdicionada.	15
Quadro 02. Execução física das ações realizadas pela UJ.	32
Quadro 03. Metas e resultados da Ação PCEANIMAL.	33
Quadro 04. Metas e resultados da Ação FEBREAFTOS.	35
Quadro 05. Metas e resultados da Ação VIGIZOO2.	36
Quadro 06. Metas e resultados da Ação PCEVEGETAL.	37
Quadro 07. Metas e resultados da Ação VIGIFITO1.	38
Quadro 08. Metas e resultados da Ação FISCPLANTA2.	39
Quadro 09. Metas e resultados da Ação FISCANIMAL2.	40
Quadro 10. Metas e resultados da Ação INSPANIMAL3.	41
Quadro 11. Metas e resultados da Ação IPVEGETAL2.	42
Quadro 12. Metas e resultados da Ação PADCLASSIF.	43
Quadro 13. Metas e resultados da Ação FISCORGEN.	45
Quadro 14. Metas e resultados da Ação FISCALSEM1.	45
Quadro 15. Metas e resultados da Ação FISFECOI.	46
Quadro 16. Metas e resultados da Ação FISAGROTOX.	47
Quadro 17. Metas e resultados da Ação FISPROVET1.	48
Quadro 18. Metas e resultados da Ação FISCAGRIC1.	49
Quadro 19. Metas e resultados da Ação FISCINAN.	50
Quadro 20. Metas e resultados da Ação FISCGENE.	51
Quadro 21. Metas e resultados da Ação ORGMANEJO2.	52
Quadro 22. Metas e resultados da Ação APOIOAGRIC1.	53
Quadro 23. Metas e resultados da Ação CERTORGAN1.	54
Quadro 24. Metas e resultados da Ação PROMOCOOP2.	54
Quadro 25. Metas e resultados da Ação FISCONTRATO.	55
Quadro 26. Metas e resultados da Ação APPRODUTOR.	56
Quadro 27. Metas e resultados da Ação DESENORG.	57
Quadro 28. Metas e resultados da Ação INDGRAF.	59
Quadro 29. Metas e resultados da Ação MANUTSFAS.	62
Quadro 30. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.	63
Quadro 31. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.	64
Quadro 32. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.	64
Quadro 33. Despesas liquidadas por elemento de despesa em 2010.	65
Quadro 34. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.	94
Quadro 35. Composição do quadro de recursos humanos - situação apurada em 31/12/2010.	95
Quadro 36. Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária - situação em 31/12/2010.	95
Quadro 37. Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade - em 31/12/2010.	96
Quadro 38. Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2010.	96
Quadro 39. Composição do quadro de instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12/2010.	96
Quadro 40. Composição do quadro de estagiários.	96
Quadro 41. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	97
Quadro 42. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.	98
Quadro 43. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.	98
Quadro 44. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato prestação serviço com locação mão de obra.	99
Quadro 45. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.	100
Quadro 46. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.	100
Quadro 47. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.	101
Quadro 48. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.	101
Quadro 49. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	102
Quadro 50. Estrutura de controles internos da UJ.	103
Quadro 51. Gestão ambiental e licitações sustentáveis.	105
Quadro 52. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.	106
Quadro 53. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.	107
Quadro 54. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.	108
Quadro 55. Gestão de TI da UJ.	109
Quadro 56. Declaração do contador com ressalva.	111

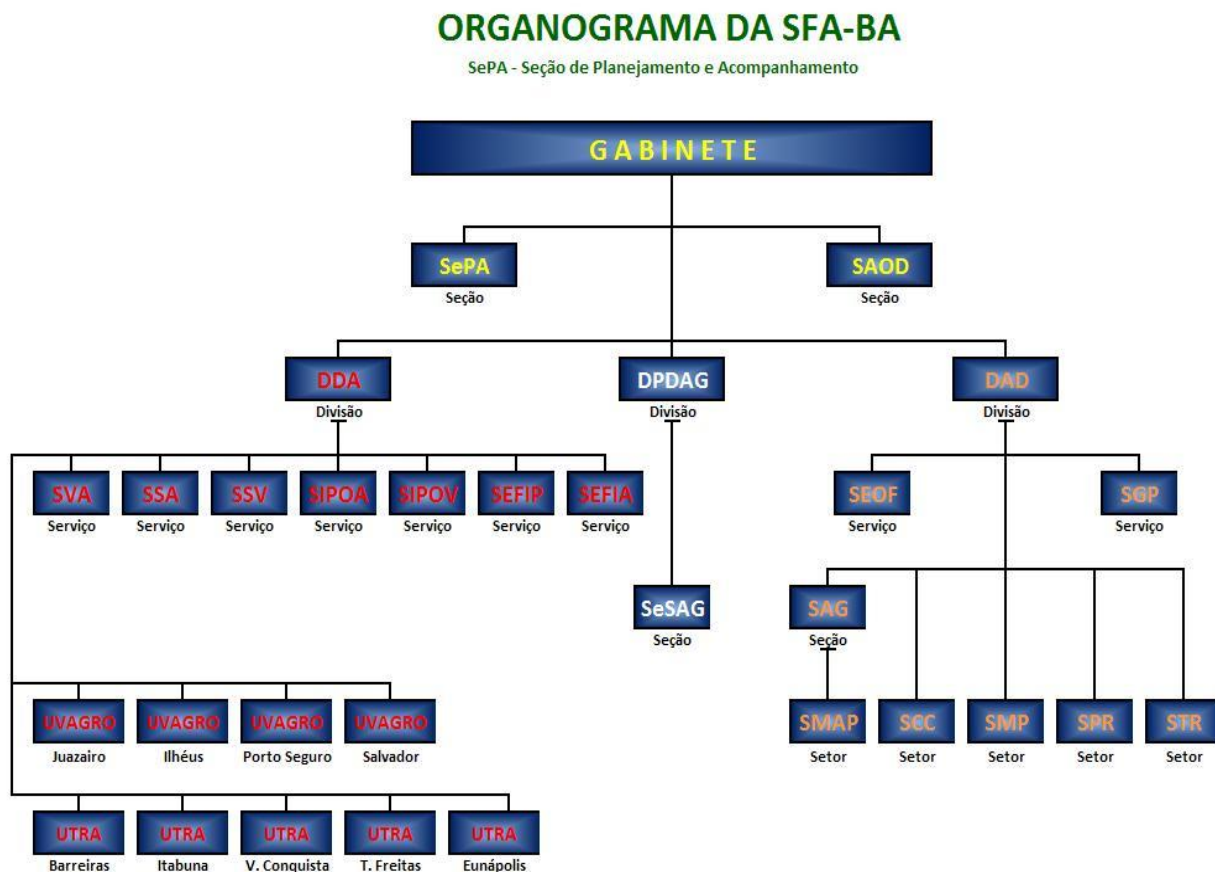
SUMÁRIO

Título	Página
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	10
INTRODUÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	15
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	16
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade	16
2.1.1. Competência Institucional	16
2.1.2. Objetivos Estratégicos	17
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	19
2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade	19
2.2.2. Análise do Plano de Ação da Unidade no Exercício	23
2.3. Programas e Ações Sob Responsabilidade da Unidade	26
2.3.1. Programas de Governo Executados Pela Unidade	26
2.3.1.1. Programa 0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária.....	26
2.3.1.2. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	27
2.3.1.3. Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	28
2.3.1.4. Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.....	28
2.3.1.5. Programa 6003 - Apoio Ao Desenvolvimento Do Setor Agropecuário	29
2.3.1.6. Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.....	30
2.3.1.7. Programa 1426 - Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade.....	30
2.3.1.8. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	31
2.3.2. Principais Ações dos Programas Executados Pela Unidade	32
2.3.2.1. Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	32
2.3.2.2. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa	35
2.3.2.3. Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	36
2.3.2.4. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	37
2.3.2.5. Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos	38
2.3.2.6. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos	39
2.3.2.7. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos	40
2.3.2.8. Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	40
2.3.2.9. Ação 8939 - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal	42
2.3.2.10. Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais	43
2.3.2.11. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado	44
2.3.2.12. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	45
2.3.2.13. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	46
2.3.2.14. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins	47
2.3.2.15. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	48
2.3.2.16. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas	48
2.3.2.17. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	49
2.3.2.18. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Para Multiplicação Animal.....	51
2.3.2.19. Ação 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas	51
2.3.2.20. Ação 8591 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas	52
2.3.2.21. Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	53

2.3.2.22. Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo.....	54
2.3.2.23. Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse	55
2.3.2.24. Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	56
2.3.2.25. Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	57
2.3.2.26. Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários	59
2.3.2.27. Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	61
2.3.2.28. Outras Ação Desenvolvidas Pela Unidade.....	62
2.4. Desempenho Operacional e Financeiro.....	63
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas	63
2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas	63
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	63
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação	63
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	63
2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação	64
2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação	64
2.4.3. Indicadores Institucionais	66
2.4.3.1. Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	67
2.4.3.2. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa	68
2.4.3.3. Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	69
2.4.3.4. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	70
2.4.3.5. Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos	71
2.4.3.6. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos.....	72
2.4.3.7. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos	73
2.4.3.8. Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	74
2.4.3.9. Ação 8939 - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal.....	75
2.4.3.10. Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais.....	76
2.4.3.11. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado	77
2.4.3.12. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas.....	78
2.4.3.13. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	79
2.4.3.14. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins	80
2.4.3.15. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	81
2.4.3.16. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas	82
2.4.3.17. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	83
2.4.3.18. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Para Multiplicação Animal.....	84
2.4.3.19. Ação 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas	85
2.4.3.20. Ação 8591 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas	86
2.4.3.21. Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	87
2.4.3.22. Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo.....	88
2.4.3.23. Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse	89
2.4.3.24. Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	90
2.4.3.25. Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	91
2.4.3.26. Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários	92
2.4.3.27. Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	93
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	94
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..	94

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	94
4.2. Análise Crítica	94
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	95
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	95
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	96
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	96
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	97
5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	98
5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	99
6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	100
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício.....	100
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010.....	100
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados Valores Repassados nos Três Últimos Anos ..	100
6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes	101
6.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	101
6.1.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	102
6.2. Análise Crítica.....	102
7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	103
7.1. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	103
8. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	105
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	105
9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ.....	106
9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	106
10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	109
10.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	109
11. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	110
12. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	110
12.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	110
12.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	110
12.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	110
12.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	110
13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ	111
14. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	112
15. ANEXO 1	114

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da colonização até o século XXI a agricultura no Brasil tem sido umas das principais bases da economia do país, evoluindo das extensas monoculturas para a diversificação da produção. Primeiramente produtora de cana-de-açúcar, passando pelo café, a agricultura brasileira apresenta-se como uma das maiores exportadoras do mundo em diversas espécies de cereais, frutas, grãos, entre outros. A despeito disto, apresenta problemas e desafios, que vão da reforma agrária às queimadas; do êxodo rural ao financiamento da produção; da rede escoadora à viabilização econômica da agricultura familiar: envolvendo questões políticas, sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas.

O Brasil vem se consolidando como o maior destaque na agricultura mundial. Enquanto outras nações já exploram quase todas as suas áreas agricultáveis, o país ainda dispõe de aproximadamente cem milhões de hectares de área fértil a expandir, um território maior do que a área de França e Espanha somadas.

150 anos atrás, por Decreto Imperial nº 1067, foi criada a Secretaria dos Negócios, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. E, no transcorrer da sua história foi agregando novas e importantes atribuições até que finalmente, em 2001, o órgão ganhou a denominação atual: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Tendo como Missão: promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. E, como Visão de Futuro: ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem investido, nos últimos anos, na modernização de sua gestão, buscando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes.

A Superintendência Federal da Agricultura na Bahia, como unidade descentralizada desse Ministério, é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado da Bahia. Nesse sentido, vem também se empenhando no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreende todas as regiões do Estado da Bahia. Nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental. Sendo, este Relatório de Gestão um esforço no sentido de apresentar as realizações exigidas por este setor produtivo no exercício de 2010, elaborado em conformidade com as normas expedidas pelos órgãos de controle.

O conteúdo do documento está de acordo com as determinações estabelecidas pelo TCU através da Decisão Normativa nº 107/2010, e atende as exigências contidas nas Partes A e B do Anexo II, conforme está relacionado no item “b” do Quadro A1. Na elaboração do texto foi observada a sequência recomendada nas disposições contidas na Portaria TCU nº 277/2010, entretanto, apenas estejam sendo relatados os itens que se aplicam a esta SFA/BA.

Alguns itens dos conteúdos estabelecidos pelo TCU, no Anexo II da Decisão Normativa nº 107/2010, não se aplicam à SFA/BA: em Desempenho Orçamentário e Financeiro (Alínea “d” do Item 2 do Anexo II-A): o tópico I “Programação Orçamentária das Despesas” não se aplica à natureza jurídica da UJ que não é Unidade Orçamentária (UO), ela apenas é executora das ações finalísticas e utiliza recursos descentralizados pelo MAPA e; do tópico II “Execução Orçamentária das Despesas” o sub-tópico “Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ”;

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Item 3 do Anexo II-A) e; Informações Sobre as Renúncias Tributárias Sob a Gestão da UJ (Item 14 do Anexo II-A).

Dos itens da Parte B do Anexo II da DN nº 107/2010, apenas o item referente à Declaração do Contador é aplicável a UJ, os demais não se aplicam.

No exercício de 2010 a SFA/BA foi submetida a um processo de adequação na sua estrutura organizacional. O novo Regimento Interno das Superintendências definido na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, foi implantado no decurso do ano e será a organização e as competências, nele definidas, que nortearão o desenvolvimento deste trabalho.

Como principais realizações da gestão no exercício destacam-se:

No SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal: incremento nas atividades de aprovação de terreno e projetos de construção e supervisão de estabelecimentos na área de mel e seus derivados; no PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes destaca-se a coleta e análise de amostras de produtos de origem animal para controle operacional, análise fiscal e pesquisa de fraude econômica; destaque no levantamento do planejamento estratégico que diagnosticou 0,98 de conformidade dos processos da inspeção animal e; com a adesão do Estado da Bahia ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção, aprovada pelo DIPOA, quatro empresas com SIE - Serviço de Inspeção Estadual foram habilitadas, consolidando o sistema, permitindo que essas empresas participem do comércio nacional de produtos de origem animal;

No SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, destacamos também o PNCRC, que detectou sérios problemas de contaminação de vegetais por resíduos de agrotóxicos, a exemplo do mamão no Extremo Sul da Bahia;

No SSA - Serviço de Saúde Animal, destacamos: no PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, pela perspectiva, que acabou se consolidando, da extinção da Zona Tampão (área que isolava a área livre de Febre Aftosa da Bahia de áreas de risco como o Estado do Piauí), significando a inclusão de um volume em torno de 10% do rebanho baiano para a Zona Livre, ou seja, hoje o Estado da Bahia é 100% Livre de Febre Aftosa com vacinação e; a forte ação de fiscalização exercida pelo SSA das ações delegadas executadas pela ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, apontando as não conformidades, exigindo um Plano de Ação, acompanhando sua execução e norteador o órgão executor para onde deveria focar suas ações, tem culminado com avanços e resultados impactantes para agropecuária do Estado; no PNSA - Programa Nacional de Sanidade Avícola, também merece destaque pelos avanços alcançados, reconhecido na auditoria feita pelo DSA/SDA-MAPA como um dos melhores do Brasil (Na avaliação a Bahia teve a quarta melhor pontuação) e estamos aguardando o resultado da última auditoria realizada, em que, na reunião final da auditoria, os auditores elogiaram os avanços alcançados; no PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, o Estado da Bahia também mereceu destaque do DSA – Departamento de Saúde Animal, tendo obtido boa avaliação e; no PNCBT – Programa Nacional do Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose destaca-se a certificação das 9 primeiras propriedades livres no Estado e de 17 em vias de certificação;

No SSV - Serviço de Sanidade Vegetal: destacamos os Programas de Exportação de Manga e Uva e do Mamão e; a intensificação da fiscalização das ações delegadas do órgão executor (ADAB), principalmente nas áreas do controle das fitomoléstias da soja, algodão, citros, fumo, banana e anonáceas;

No SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas, destacamos a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola;

No SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, destacamos a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade e;

Nas Unidades do VIGIAGRO - Vigilância Internacional Agropecuária, podemos destacar: a ascensão da UVAGRO – Porto de Salvador para SVA, deixando de ser unidade e passando a ser um Serviço, em reconhecimento a importância, complexidade e forte movimentação comercial de vegetais e animais e seus produtos, subprodutos e derivados e de insumos agropecuários, sendo responsável por quase 50% do movimento de exportação e importação da Região Nordeste e: a fiscalização da exportação e importação dos produtos vegetais e das embalagens de madeira, que tem crescido ano após ano e vem demandando muito esforço de nossa equipe de Fiscalização do SVA, pois precisa se desdobrar para fiscalizar o Porto de Salvador, o Porto de Aratu, o Porto de Cotequipe e alguns Portos Secos a exemplo da EADI Salvador.

Houve uma forte participação do nosso corpo técnico em reuniões locais e nacionais, cursos, seminários, congressos, sendo que muitos dos nossos Fiscais atuaram como palestrantes.

Como principais dificuldades para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacamos: mesmo tendo melhorado a sistemática da descentralização de recursos financeiros, tivemos problemas com o volume direcionado para alguns programas, impactando diretamente no desempenho físico; a falta de concurso público para atender a carência por servidores técnicos e administrativos está se tornando insuportável para nossa Superintendência, o hiato temporal de 25 anos, no período de 1976 a 2001 e os concursos com poucos servidores disponibilizados para nosso Estado geraram um quadro de pessoal envelhecido e diminuto, agravado pelas aposentadorias e mortes de servidores, fato constatado em levantamento feito no SIPOA demonstrou que mais de 80% dos Fiscais recebem o abono de permanência, ou seja, já podem aposentar, esta situação é inconcebível; a realização das eleições 2010 impactou diretamente na participação da SFA/BA em eventos científicos e agropecuários, pela proibição do uso de material de divulgação com a marca do Governo e pelas óbvias limitações legais para liberação de recursos financeiros para apoio promocional; a mudança promovida para liberação de suprimento para combustível, através do uso do cartão de crédito, gerou alguns percalços e provocou a insatisfação de alguns servidores, pois nem todos os Postos aceitam o cartão ou às vezes o sistema está fora do ar e alguns servidores tiveram que pagar o combustível do próprio bolso, sendo ressarcidos posteriormente, o Estado da Bahia tem dimensão muito grande e nossas ações técnicas são realizadas em lugares ermos e pouco desenvolvidos econômica-socialmente, mas enfatizamos que o uso do cartão é melhor que o sistema anterior, pois permite um controle mais eficaz e; a burocracia, atualmente necessária, na tramitação dos processos de licitação, também vem se configurando num forte obstáculo para a realização das atividades finalísticas da SFA/BA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos, pelas idas e vindas dos processos, também a qualidade de alguns materiais de consumo adquiridos, por meio de licitação por pregão eletrônico, é sofrível, obrigando a devoluções que provocam novos atrasos.

Tendo em vista as previsões de crescimento da produção agropecuária brasileira e a forte demanda internacional por importações dos produtos agropecuários com a recuperação econômica de países em crise e o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros, que fortalece a demanda do mercado interno, o quadro conjuntural permite traçarmos

uma perspectiva de forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Acrescente-se o fato dos nossos recursos financeiros não serem mais contingenciáveis e termos renovado nossa frota de veículos e adquirido equipamentos de informática atualizados, podemos inferir que o ano de 2011 será de resultados positivos para a eficiência, eficácia e efetividade de nossas ações, minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira. Fica faltando concurso público e contratação de pessoal técnico e administrativo para comemorarmos mais um ano de bons resultados para a SFA/BA e a agropecuária baiana e brasileira.

Finalmente, com este relatório, a SFA/BA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2010 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

Maria Delian Gomes dos Santos Sodré
Superintendente Federal

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

(Item 1 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

Quadro 01. Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia			
Denominação abreviada: SFA – BA			
Código SIORG: 2788	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UG: 130029	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Cód. 101-5 Poder Executivo Federal - Administração Direta			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura: federal, estadual e municipal.		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(71) 3444-7436/7437	(71) 3444-7440	
E-Mail: gab-ba@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http:// www.agricultura.gov.br .			
Endereço Postal: Largo dos Aflitos, S/N, Ed. Ceres, Centro, Salvador-BA. CEP. 40.060-030			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2005			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Atribuições regimentais – Das Competências: Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 9 junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 - Seção 1.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionadas às atividades da SFA/BA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias e Departamentos) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130029	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

(Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

(Alínea “a” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

2.1.1. Competência Institucional

A Superintendência Federal da Agricultura na Bahia é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Órgão do Poder Executivo do Brasil, sendo a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2008-2011 do Ministério no Estado da Bahia. Tendo por competência a implementação das políticas para o desenvolvimento do agronegócio regional, agregando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais com o propósito de atender os consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social.

Ela está subordinada ao cumprimento do seu Regimento Interno, determinado pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 onde se encontra definida a sua estrutura organizacional e competências legais. A ela compete executar atividades e ações de: defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal. E, para tanto, apresenta a seguinte estrutura organizacional:

O Gabinete, a Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA), a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD), a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e a Divisão de Apoio Administrativo (DAD) são responsáveis pela gestão técnica e administrativa da Unidade.

À Divisão de Apoio Administrativo (DAD), por intermédio de suas unidades operativas: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF); Serviço de Gestão de Pessoas (SGP); Seção de Atividades Gerais (SAG); Setor de Manutenção Predial (SMAP); Setor de Compras e Contratos (SCC); Setor de Material e Patrimônio (SMP); Setor de Protocolo (SPR) e; Setor de Transporte (STR) compete promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados. Portanto, está sob sua responsabilidade prover os meios necessários à implementação e gestão dos programas finalísticos da SFA-BA.

À Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e sua Seção de Suporte Agropecuário SeSAG, compete a promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos. Também desenvolve ações no setor da produção agropecuária orgânica, promovendo o acompanhamento da produção por meio de articulação inter-institucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

Já a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), com suas unidades centrais e descentralizadas é a responsável pelo desenvolvimento dos Programas do Governo Federal, com as ações finalísticas

previstas no Plano Plurianual (PPA), e pela coordenação e supervisão dos macroprocessos de fiscalização, inspeção e defesa da agropecuária, executados pelas seguintes unidades:

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolvem suas ações fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, contemplando também os acordos internacionais, como Mercosul e CIPF (Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros;

O Serviço de Saúde Animal (SSA) e o Serviço de Sanidade Vegetal (SSV) atuam na programação, controle, orientação e promoção da execução das atividades zoossanitária e fitossanitária que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais, e tendo como parceiro na execução de algumas das suas atividades a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, órgão executor de defesa agropecuária no Estado;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Estado da Bahia, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV) atua na área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no Estado da Bahia, também promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público, tendo por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade;

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários (SEFIP) e o Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) atuam no registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio, na produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, agrotóxicos e afins, na fiscalização de organismos geneticamente modificados, no comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados a alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários;

Às Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) competem à execução, no âmbito da respectiva jurisdição, as atividades de: defesa agropecuária; desenvolvimento agropecuário; administração geral da unidade e; elaborar relatórios das atividades desempenhadas.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

Nas últimas décadas o agronegócio brasileiro tem demonstrado um grande dinamismo, sendo constantes as perspectivas de crescimento do setor. Este fato determina a necessidade de monitoramento do agronegócio nacional e internacional, presente e futuro. Outros fatores determinantes como o crescimento da população mundial, os processos de urbanização, o envelhecimento das pessoas, as novas necessidades nutricionais, os novos hábitos de consumo, bem como os altos requisitos de qualidade de vida exigem inovações e diversificações na produção de

alimentos, fibras e outras matérias-primas, o que certamente definirá a posição de destaque do Brasil no mercado mundial. Essa inserção envolve um processo sistemático de prospecção, planejamento, formulação de políticas públicas e diretrizes que nortearão a modernização da estrutura e a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender aos seus públicos-alvos e à sociedade.

Em 2009, as exportações do agronegócio brasileiro representaram 42,5% de tudo que o país produziu e embarcou para o exterior, um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior. Os estoques mundiais de alimentos estão muito baixos e, à medida que os países voltam a crescer, eles devem, por questão de segurança alimentar, recompor essas reservas, o que beneficiaria os países produtores. O consumo mundial de alimentos já apresenta melhoras e tem-se observado uma tendência de aumento das exportações brasileiras, principalmente de açúcar, carne e soja e também no setor do algodão e etanol.

Em 2010, o país registrou exportações recordes no setor agropecuário com US\$ 76,4 bilhões. Na comparação com 2009 (US\$ 64,7 bilhões), o valor é 18% maior e supera em US\$ 4,6 bilhões os US\$ 71,8 bilhões registrados, em 2008, até então o melhor ano para as vendas externas do agronegócio. Com isso, o superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 63 bilhões ou US\$ 8,1 bilhões superior ao registrado em 2009. Esse saldo foi três vezes maior que os US\$ 20 bilhões observados no superávit do comércio global do Brasil no mesmo período. Para 2011, a expectativa é de bons resultados e crescimento do setor.

A Bahia é hoje o 8º maior exportador do Brasil, 4,5% das exportações nacionais; o 6º maior PIB entre os estados, 36% do PIB do Nordeste, sendo 30% deste gerado pelo agronegócio que também responde por um terço dos empregos gerados; é o 1º produtor nacional de cacau, sisal, mamona, coco, feijão e mandioca, com bons índices também na produção de milho, feijão, soja, café e cana-de-açúcar; em 2009, foi o 2º maior produtor e exportador de frutas frescas, com 6,4 milhões de toneladas, 156,3 milhões de dólares; a pecuária bovina ocupa hoje o 6º lugar, enquanto a caprina registra atualmente os maiores números do setor em todo o Brasil. Esses números ilustram a importância do Estado na economia nacional e no comércio do Brasil com o resto do mundo.

A Superintendência tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Para tanto, ela conta com uma estrutura operacional simples e objetiva que lhe permite realizar suas atividades com qualidade e rapidez, atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Nesse sentido, vem se empenhando no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreende todas as regiões do Estado da Bahia, uma área de 567.695,669 km² distribuídas em 417 municípios, onde o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental.

É seu dever implementar a Missão do MAPA: de **“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”** e; sua responsabilidade contribuir para o alcance da Visão de Futuro: de **“Ser reconhecido, até 2015, pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”**. Para tanto, tem gerenciado de forma sistemática suas competências

legais e perseguido de modo obstinado os Objetivos Estratégicos do Ministério de: **aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos; impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio; ampliar a participação da agroenergia na matriz energética; e garantir a segurança alimentar.**

Portanto, focada na Missão, e Visão de Futuro do MAPA, a SFA/BA tem investido no seu aperfeiçoamento funcional, e tendo na observância dos Objetivos Estratégicos do Ministério traçado o seu rumo para a promoção do desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade baiana e, dessa forma, também ser reconhecida pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do seu agronegócio.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

(Alínea “b” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

O plano de Gestão Estratégica no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um procedimento maior constituído de uma série de processos que demandam compreensão e maiores conhecimentos na análise do ambiente externo do agronegócio brasileiro e mundial, na formulação de estratégias, na execução de planos e programas, no acompanhamento e na avaliação. Esse procedimento único tem como objetivo dar maior racionalidade, efetividade e transparência às ações do Ministério e de suas unidades, na prestação de serviços aos seus públicos-alvos, ao agronegócio brasileiro e à sociedade como um todo. Portanto, é dever do MAPA intervir energeticamente em todas as atividades do agronegócio brasileiro, orientando e fiscalizando o fornecimento de bens e serviços à agricultura, a produção agrícola, o processamento, a armazenagem, a transformação e distribuição de produtos de origem agrícola até o consumidor final. Contemplando, no processo da produção, o pequeno, o médio e o grande produtor rural. Estando atento à competitividade que os produtos agrícolas produzidos no país tenham para competir, em preço, qualidade e outros atributos desejados pelo mercado, com similares produzidos no exterior; e quanto ao desenvolvimento sustentável que permitirá ao agronegócio evoluir econômica, social e politicamente, com respeito ao meio-ambiente, satisfazendo as aspirações e necessidades das gerações atuais e futuras.

Durante o ano de 2004 o MAPA deu início aos estudos no sentido de estruturar seu Plano Estratégico. Promoveu um amplo e democrático diálogo com os setores interessados da agricultura, visando gerar soluções de conformidade nas diversas áreas envolvidas. Criaram-se Câmaras Setoriais, objetivando melhor identificar as necessidades do setor e fornecer soluções negociadas para elas. Foi também preciso adequar a organização às mudanças do ambiente externo, e para isso o Mapa iniciou um processo de reestruturação organizacional, resultado de abrangente processo de consulta interna e externa que envolveu lideranças do Ministério e segmentos significativos do agronegócio. No procedimento, evidenciou-se a necessidade de promover o aperfeiçoamento da sua gestão operacional e a implantação de um processo de gestão estratégica, visando estruturar e preparar o Ministério para o futuro, capacitando-o a dar respostas às demandas dos seus diversos públicos de interesse e da sociedade em geral. O documento final, designado Plano Estratégico, tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a missão, a visão de futuro, os valores organizacionais e as estratégias do MAPA no período de 2006 a 2015. Este Plano descreve como o Ministério irá responder, de forma estruturada, aos desafios que a ele se apresentem. Ele não substitui as atividades rotineiras, mas garante que o MAPA avance, em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos e se transforme numa organização mais ágil e com maior qualidade nos seus produtos e serviços providos à sociedade brasileira.

A Missão do MAPA, sua razão de ser como organização é “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira” e; sua Visão de Futuro é “Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

O MAPA Estratégico é uma representação dos desafios, ou objetivos estratégicos que terão de ser alcançados para a concretização da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão. Esses objetivos estratégicos foram distribuídos em uma perspectiva de análise, e representam os desafios do Ministério, embora sempre preservando a relação de causalidade com as outras. As perspectivas de análise compreendem: a Perspectiva da Sociedade, que contém os Objetivos Estratégicos, retratando o que o Mapa pretende atingir mediante o olhar do Poder Executivo e da sociedade como um todo; a Perspectiva do Agronegócio e Parceiros, com o conjunto de Objetivos Estratégicos a serem atingidos pelo Mapa para ter o reconhecimento dos parceiros (dos Três Poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro; a Perspectiva de Processos Internos foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, seu reconhecimento e; a Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, que congrega os Objetivos Estratégicos focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base à execução dos processos organizacionais.

Os Objetivos Estratégicos foram ainda agrupados verticalmente por temas estratégicos, que são os pilares da estratégia do Mapa. Cada tema reúne os objetivos, evidenciando as relações de causa e efeito entre eles. Podem ser citados os seguintes temas: Informação, Produtos e Serviços, Articulação e Promoção e Excelência Administrativa.

O principal instrumento de gestão operacional do Governo Federal brasileiro é o Plano Plurianual (PPA), estando todas as atividades dos órgãos públicos federais nele contempladas. As estratégias do MAPA estão representadas no PPA 2008-2011 por meio dos Objetivos Setoriais, Programas e Ações.

Os Objetivos Setoriais do MAPA no PPA 2008-2011, que coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do MAPA Estratégico, são as seguintes: impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio; aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos; garantir a segurança alimentar e; ampliar a participação da agroenergia na matriz energética.

As estratégias do MAPA são alcançadas por meio das iniciativas estratégicas, representadas no planejamento operacional do MAPA, pelas ações componentes do Plano Plurianual, PPA 2008-2011 e é formado por:

Programas gerenciados pelo Mapa:

Abastecimento Agroalimentar - Contribui para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar da população brasileira;

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Objetiva aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos de pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário;

Desenvolvimento da Agroenergia - Tem o objetivo de ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva entre produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis;

Desenvolvimento da Economia Cafeeira - Tem o objetivo de gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos nos segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação;

Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional - Tem o objetivo de assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional, de forma competitiva e sustentada por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País;

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau - Tem o objetivo de promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão de obra e sustentabilidade ambiental;

Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - Tem o objetivo de contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas e o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias;

Gestão da Política Agropecuária - Tem o objetivo de coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, à sustentação da renda e à competitividade do agronegócio brasileiro;

Minimização de Riscos no Agronegócio - Tem o objetivo de minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos;

Pesquisa de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - Tem o objetivo de construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltadas aos empreendimentos de pequeno porte para produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica;

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio - Tem o objetivo de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos;

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - Tem o objetivo de salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores;

Segurança da Sanidade na Agropecuária - Tem o objetivo de minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos;

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - Tem o objetivo de assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores;

Programas Gerenciados por outros Ministérios:

Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) - Ação, Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (IG);

Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade (Ministério do Meio Ambiente) - Ação, Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico); Ação, Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação e; Ação, Pesquisa, Acesso e Tecnologia para o Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade;

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação) - Ação, Ensino Profissional nas Regiões Cacaueiras.

São exemplos das Iniciativas Estratégicas do MAPA: implantar gestão por competências; implantar programa de educação sanitária; implantar ações de agregação de valor, orgânicos, plantas medicinais e Indicação Geográfica; implantar programa de agroindustrialização de cooperativas e; construir rede de inteligência competitiva para o agronegócio.

São exemplos dos Resultados Estratégicos do MAPA: conformidade dos insumos agrícolas e pecuários, assegurada; gestão por processo, implantada; problemas de infraestrutura e logística, minimizada; custo do financiamento da safra, reduzido; volume de exportação de café, ampliado; agronegócio brasileiro, promovido no Exterior; sistema de comunicação integrada do Mapa, implantado e; processo de gestão estratégica, consolidado.

Além de Iniciativas e Resultados Estratégicos, o MAPA tem desenvolvido outras ações de curto e longo prazo, alinhadas às estratégias estabelecidas, tais como: melhorar o sistema nacional de defesa agropecuária; incrementar os trabalhos de pesquisa agropecuária, PAC Embrapa e sistemas estaduais de pesquisa; implementar Adidos Agrícolas nas principais Embaixadas brasileiras; expansão da produção interna de fertilizantes; renegociar dívidas de crédito rural; elaborar programa de recuperação de áreas degradadas; ampliar integração lavoura-pecuária-silvicultura; fortalecer os produtores rurais médios; alcançar 25 milhões de hectares de agricultura em Plantio Direto e; ampliar recolhimento de embalagens de agrotóxico, mais de 90% das embalagens já são recolhidas.

O Plano de Gestão Estratégica do MAPA é um processo voltado à mudança institucional, portanto, implica gerenciar as mudanças necessárias para o alcance da Visão de Futuro preestabelecida. Gerenciar mudança não é uma tarefa fácil no setor público. Para a obtenção de resultados, foi preciso investir nas atividades de educação e sensibilização do objeto, sendo realizados cursos de gestão estratégica, com a participação de servidores.

O alinhamento dos Objetivos Setoriais do MAPA com o PPA 2008-2011 vem consolidando os quatro Objetivos Estratégicos da Perspectiva da Sociedade constante no seu Mapa Estratégico, como também, todas as 23 Iniciativas Estratégicas têm alinhamento com as ações do PPA, permitindo a sua execução até 2011.

Como resultados já alcançados pela gestão estratégica, podem ser citados: implantação da gestão por processos, com o mapeamento e melhoria de diversos processos de trabalho; maior integração e sincronia entre as estratégias do MAPA e os instrumentos de gestão governamental; gestão efetiva da execução e avaliação das estratégias formuladas; fortalecimento das ações de valorização do servidor, como o projeto de melhoria da sua qualidade de vida; implantação de instrumentos de comunicação interna, melhorando sobremaneira a comunicação da instituição com os seus servidores; ampliação e melhoria das ações de promoção internacional do agronegócio e; desdobramento da gestão estratégica nas Unidades Descentralizadas.

Na SFA/BA, o desdobramento da gestão estratégica está sendo viabilizado de forma gradativa e constante, já sendo consenso dos seus gestores da importância e necessidade de viabilizar as ações locais propostas no Plano Estratégico do MAPA. Neste exercício, foram conduzidas e executadas as ações pertinentes à Superintendência. Realizou-se atividades de conscientização de nossos

servidores e desenvolveu-se várias ações de treinamento, possibilitando melhor compreensão e uma participação mais efetiva. Foram realizadas várias palestras, seminários, distribuídos materiais de campanha, tais como: cartilhas; cartazes; porta lápis, para que o processo de gestão estratégica do MAPA fosse conhecido e assimilado pelos servidores. Porém, o êxito no entendimento do Plano tem sido maior com a utilização da metodologia de oficinas denominadas "Mapa de Aprendizagem", cujo desenvolvimento tem se dado com a participação de servidores dos diversos Serviços e Seções, sendo priorizada a formação de grupos com servidores de diversos cargos e níveis de gestão para enriquecimento das discussões. Além disso, visando fortalecer o processo de disseminação utilizou-se a metodologia de vídeo conferências do Ciclo de Palestras Gerenciais ministradas na sede, em Brasília, abordando temas tais como: Mudança Organizacional; A Importância da Estratégia nas Organizações Modernas; Conceituação da Gestão Estratégica; Conectando a Estratégia com o Operacional; Competências Conversacionais, o Diferencial da Gestão; Trabalhando Colaborativamente Resolvendo Problemas Coletivamente; Redes Sociais.

O aperfeiçoamento e nivelamento no processo de Gestão Estratégica promoverão a compreensão das metas e objetivos a serem atingidos, facilitando e motivando o cumprimento das tarefas que cabem a cada servidor e que devem ser por ele executadas.

2.2.2. Análise do Plano de Ação da Unidade no Exercício

Com a oficialização do seu novo Regimento Interno das SFA's pela Portaria 428/10 que substituiu a de nº 300/06, ocorrido em junho de 2010, o MAPA implementou as mudanças mais impactantes entre os Regimentos, separou as áreas animal da vegetal de cada Serviço Técnico, duplicando o número de serviços e criou uma Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, gerando um organograma novo, e que já será usado neste Relatório.

O modelo de gestão adotado pela Unidade foi executado pelas três Divisões (DAD, DDA e DPDAG), sob a coordenação do Gabinete e teve como objetivo principal o monitoramento dos processos da Instituição, com uniformização de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação para todos os Serviços. Isto tem proporcionado a obtenção de resultados expressivos, demonstrados pelos Indicadores de Desempenho Operacionais das ações finalísticas.

A estratégia fundamental consistiu no planejamento e padronização dos procedimentos e ações que visam dar cumprimento ao PPA, com a supervisão da Secretaria de Defesa Agropecuária. A quase totalidade das ações foi executada diretamente pelas diferentes Unidades Gerenciais e outras, executadas indiretamente, pelo Órgão de Defesa Agropecuária do Estado. Cada Serviço Técnico orientou suas atividades em Planos Operativos previamente elaborados, discutidos, analisados e aprovados por seus coordenadores. Houve uma programação de reuniões envolvendo todos os chefes, com o intuito de discutir, avaliar e ajustar as metas das atividades em execução, resultando em correção de rumos quando detectados desvios e inadequações. Periodicamente foi solicitado pela DDA levantamentos do desempenho dos Programas desenvolvidos por todos os Serviços Técnicos, medida esta que possibilitou a todos os Chefes de Serviços visualizarem melhor o andamento das atividades programadas e tomarem decisões táticas que resultaram na recuperação do desempenho individual de cada ação, com efeitos extremamente positivos no resultado geral.

O SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários atuou no registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos pecuários e seus respectivos produtos. Desta forma, a fiscalização de alimentos destinados à alimentação animal, de materiais de multiplicação animal, produtos de uso veterinário e empresas prestadoras de serviços pecuários, são atividades que nortearam a atuação deste serviço.

O SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas atuou fortemente na garantia da conformidade dos insumos agrícolas (sementes, mudas, fertilizantes, inoculantes, aditivos e agrotóxicos) tão importante para o acesso do produtor a insumos com qualidade assegurada, minimizando os riscos inerentes à atividade, visando garantir a produção e a produtividade. Destaca-se a forte fiscalização dos procedimentos industriais dos produtores de fertilizantes, de fiscalização dos produtores de sementes e mudas exercidas por esse Serviço durante o ano de 2010.

O SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal atuou buscando atender as determinações prioritárias do DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal na fiscalização de resíduos em alimentos, na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, visando garantir a conformidade dos produtos. Destaca-se nesse Serviço a ampliação da fiscalização e inspeção de mel e derivados, pelo crescimento do parque industrial de mel, e o Programa Nacional de Controle de Resíduos.

O SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, em conformidade com o DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, direcionou suas ações na fiscalização de resíduos em alimentos, na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem vegetal, na fiscalização de bebidas, e na classificação vegetal, visando garantir a conformidade dos produtos. Destaca-se também nesse Serviço o Programa Nacional de Controle de Resíduos.

O SSA - Serviço de Saúde Animal priorizou para o ano de 2010 ações que fossem determinantes para a manutenção do status sanitário da Bahia com relação a doenças como Febre Aftosa, BSE, Influenza aviária e da inclusão da Zona Tampão na área livre da Febre Aftosa com vacinação, contribuindo decisivamente para o fortalecimento e recuperação da economia da agropecuária daquela região. Para atingir esse objetivo programou e executou fiscalizações/auditação nas Unidades Veterinárias, consideradas de risco e com grande importância para a consolidação dos programas de saúde animal que por delegação de competência do MAPA são executados pelo Órgão Executor a Agência Estadual de Defesa Agropecuária na Bahia - ADAB. Estabeleceu, em conformidade com a legislação, critérios para coibir a emissão da guia de trânsito animal para o abate de aves e de outras espécies animais em abatedouros sem inspeção, obstaculando o abate clandestino.

O SSV - Serviço de Sanidade Vegetal desenvolveu suas Ações tendo como objetivos básicos a proteção de nossa fronteira agrícola contra as pragas quarentenárias e a manutenção e o incremento dos programas de exportação de frutas. As demandas priorizadas foram executadas diretamente por técnicos (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção) lotados no SSV, nas UTRAs de Itabuna, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Barreiras e UVAGRO's de Salvador, Ilhéus e Juazeiro e SVA Porto de Salvador. As atividades delegadas foram executadas pela ADAB, OEDSV - Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, legalmente amparada pelo SUASA – Sistema Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, fiscalizadas e auditadas pelos técnicos da SFA/BA. Para a consecução dos seus objetivos o SSV tem se empenhado no sentido de reforçar as parcerias entre os setores público e privado, importantes na manutenção e ampliação do agronegócio, através de convênios e acordos bilaterais celebrados, e levantar os problemas de relevância para a agricultura do Estado da Bahia. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço pode-se destacar: o Programa de Monitoramento de Moscas-das-Frutas em pomares de manga e mamão, destinados a exportação; o Programa de Exportação de Mangas para os EUA, Japão, Argentina, Chile e Uruguai; o Programa de Exportação de Mamão para os EUA; a fiscalização do trânsito interestadual de vegetais; a manutenção de Área Livre de Pragas (ALP) para Sigatoka negra no cultivo da bananeira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de soja e algodão; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de citros; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de cacau e; elaboração e acompanhamento de convênio técnico celebrado entre o Estado e o MAPA. E, como resultados positivos destacam-se: a ratificação

dos acordos bilaterais celebrados entre o Brasil, os Estados Unidos da América, o Japão, Argentina, Chile e Uruguai; a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional e; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias.

A DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário tem suas ações voltadas à promoção do desenvolvimento rural, ao estímulo às boas práticas agrícolas, ao uso responsável dos recursos naturais, à expansão e fiscalização do crédito e dos investimentos públicos no meio rural, exigindo para o êxito de seu trabalho, o estabelecimento de parcerias, notadamente com os produtores rurais através de suas entidades associativas, com as universidades, os poderes públicos, estadual e municipal, enfim com os diversos segmentos que compõem e dão vida ao agronegócio. Essa exigência, que parte da premissa da necessidade da ação conjunta como meio de alcançar profícuos resultados, tem sido atendida plenamente, e nesse particular é que ressaltamos as atividades do AGROFÓRUM BAHIA. Fórum este em que as parcerias construídas são a própria razão de ser desse que pretende ser um espaço democrático para a discussão e desenvolvimento do agronegócio do Estado da Bahia. No exercício em questão, as atividades do AGROFÓRUM, embora não repetindo o desempenho do ano anterior, contou com a participação de 33 instituições parceiras (privadas e públicas), das mais importantes ligadas ao agronegócio da Bahia. Foram realizadas 3 Reuniões Ordinárias, 1 Reunião Extraordinária, motivada pela criação das Câmaras Setoriais da agropecuária baiana.

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolvem suas ações fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, contemplando também os acordos internacionais, como MERCOSUL e CIPF - Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros. Promoveu a intensificação da fiscalização das importações e exportações de animais e vegetais, seus materiais de multiplicação, produtos e subprodutos agropecuários, insumos agropecuários em geral, embalagens de madeira, em nível de portos e aeroportos. Destacando-se a fiscalização de embalagens de madeira, que objetiva evitar a entrada no país de pragas exóticas, principalmente o besouro chinês, cuja introdução traria prejuízos incalculáveis a Bahia e ao Brasil.

A SFA/BA priorizou a questão da capacitação técnica, com o apoio da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP do Ministério da Agricultura, por entender a sua importância no aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos e, por consequência, avanços em seu desempenho. Além disso, os servidores foram intensamente demandados para participação em reuniões, auditorias e execução de atividades em diversos Departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA.

2.3. Programas e Ações Sob Responsabilidade da Unidade

(Alínea “c” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

2.3.1. Programas de Governo Executados Pela Unidade

A SFA-BA não tem a responsabilidade física ou financeira de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). A ela cabe apenas a condução e execução de algumas Ações desses programas no estado da Bahia.

2.3.1.1. Programa 0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária

Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">- Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação- Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação- Incidência da Praga "Cydia Pomonella"- Incidência da Praga "Mosca da Carambola"- Número de Estabelecimentos Certificados como Livre ou Monitorado para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina- Número de Ocorrência da Peste Suína Clássica- Número de Ocorrência de Caso da Doença da Vaca Louca- Número de Ocorrências de Raiva Bovina- Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola- Taxa de Conformidade no Controle de Fronteira- Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico"
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8658	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	PCEANIMAL	SSA
4842	Erradicação da febre aftosa	FEBREAFTOS	SSA
2139	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos	VIGIZOO2	SSA
8572	Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais	PCEVEGETAL	SSV
2134	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos	VIGIFITO1	SSV
2180	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos	FISCPLANTA2	SVA UVAGRO
2181	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos	FISCANIMAL2	SVA UVAGRO

Importância da execução do programa para o Estado

A execução deste programa, no âmbito estadual, é justificada pela necessidade de se manter o Estado livre de doenças e pragas, garantindo assim a efetiva qualidade da produção agropecuária e incrementando a exportação de várias commodities importantes da pauta do agronegócio, assegurando deste modo novos mercados. Outro fator de relevância vem a ser a manutenção da

oferta de alimentos com qualidade para o mercado interno. A conjugação destes fatores contribui decisivamente para a fixação do homem no campo e a geração de emprego e renda.

No desenvolvimento das ações deste programa são implementadas atividades de vigilância, prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais e das pragas dos vegetais. Na execução de algumas das suas atividades a SFA-BA conta com a parceria da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), da Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, que é o Órgão executor de defesa agropecuária no Estado. Cabendo ao Ministério a responsabilidade de supervisionar as ações desenvolvidas pela Agência, quer sob a forma de parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

Na área animal, uma das metas mais importantes é manter a Bahia livre da febre aftosa com vacinação, por tratar-se de uma doença em que a sua ocorrência provocaria reflexos negativos na economia Estadual e Nacional. O controle e a erradicação das outras doenças dos animais que representam risco para a economia do Estado e para a saúde humana, também são objetos das atividades prioritárias.

2.3.1.2. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivos Específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maçao Tadano
Indicadores utilizados para avaliação do programa	- Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal - Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários - Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) - Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8938	Inspecção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal	INSPANIMAL3	SIPOA
8939	Inspecção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal	IPVEGETAL2	SIPOV
4746	Padronização e classificação de produtos vegetais	PADCLASSIF	SIPOV
4745	Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado	FISCORGEN	SEFIA

Importância da execução do programa para o Estado

A importância de sua execução deve-se à necessidade de garantir a qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal disponíveis ao consumidor baiano e brasileiro, a redução de gastos públicos com o setor de saúde, a credibilidade perante os mercados nacional e internacional proveniente de uma boa fiscalização, produtos conformes e o incremento de entrada de divisas em função das exportações do agronegócio brasileiro.

2.3.1.3. Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Álvaro Antonio Nunes Viana
Indicadores utilizados para avaliação do programa	- Taxa de conformidade de corretivos agrícolas - Taxa de conformidade de fertilizantes Minerais - Taxa de conformidade de inoculantes - Taxa de irregularidade de defensivos agrícolas
Público-alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
2179	Fiscalização de sementes e mudas	FISCALSEM1	SEFIA
2141	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes	FISFECOI	SEFIA
2909	Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins	FISAGROTOX	SEFIA
2140	Fiscalização de produtos veterinários	FISPROVET1	SEFIP
2124	Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal	FISCINAN	SEFIP
2019	Fiscalização de material genético para multiplicação animal	FISCGENE	SEFIP
2177	Fiscalização de serviços agrícolas	FISCAGRIC1	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

A importância de sua execução é explicada pela garantia da oferta de insumos agropecuários de qualidade superior, proporcionado pela ação fiscalizatória, além de proporcionar ao agronegócio baiano condições de competição com mercados cada vez mais globalizados e competitivos.

2.3.1.4. Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos Específicos	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação do valor à produção e a busca de sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	- Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional - Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas - Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira - Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira - Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8593	Apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas	ORGMANEJO2	DPDAG
8591	Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas	APOIOAGRIC1	DPDAG
4720	Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica	CERTORGAN1	DPDAG
8622	Desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo	PROMOCOOP2	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

Deve-se ao fato da Bahia destacar-se como um dos principais produtores no agronegócio brasileiro, demonstrando um dinâmico processo de desenvolvimento por meio da substituição de atividades tradicionais, deslocamento da fronteira agrícola, melhor aproveitamento de áreas e redefinição de vocações agropecuárias nas regiões do Estado. Adicionalmente, a extensão territorial da Bahia, as condições edafoclimáticas e a tecnologia disponível contribuem para que a atividade tenha condições favoráveis de produção e expansão, tanto em utilização de áreas, quanto em produtividade. Por outro lado, apesar de tais potencialidades, o agronegócio na Bahia ainda enfrenta entraves significativos ao seu desenvolvimento, podendo ser destacadas as deficiências em relação à infra-estrutura e logística, questões agrárias, ambientais, defesa agropecuária, entre outras. Nesse sentido, a criação de parcerias institucionais, tendo em vista as dificuldades enfrentadas e potencialidades existentes, revela-se como uma alternativa para a discussão, elaboração e implantação de ações que visem desenvolver sustentavelmente a atividade agropecuária no Estado da Bahia.

2.3.1.5. Programa 6003 - Apoio Ao Desenvolvimento Do Setor Agropecuário

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos
Objetivos Específicos	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	- Custo Médio do Transporte de Grãos - Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional - Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros
Público – alvo	Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
2B17	Fiscalização de contratos de repasse	FISCONTRATO	DPDAG
8611	Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário	APRODUTOR	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

A importância deste programa para a Bahia se concentra em oferecer ferramentas que possam contribuir para o aumento da produção, da produtividade, viabilização do escoamento das safras e melhoria das condições de vida das populações rurais. A Bahia é um estado com forte vocação agrícola e possui a maior população rural do país, entretanto o setor agropecuário baiano enfrenta dificuldades que interferem no crescimento do setor e comprometem a competitividade do

agronegócio. Dentre os entraves, pode-se citar o baixo nível de organização dos produtores, comercialização fragmentada e problemas no escoamento da produção.

2.3.1.6. Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual
Objetivos Específicos	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do volume de depósito de patentes, invenções, prioridades BR - Crescimento do volume de modelo de utilidade - Prazo de análise de contratos e faturas de tecnologias - Prazo de concessão de patentes - Prazo de concessão de registro de desenho industrial - Prazo de concessão de registro de marcas
Público – alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
2B47	Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários	INDIGRAF	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

O programa é de grande importância para o desenvolvimento do país haja vista que através dos diferentes instrumentos de Propriedade Intelectual: proteção de cultivares; patentes; desenho industrial; modelo de utilidade; marcas; indicação geográfica de produtos agropecuários; softwares; etc. são disponibilizadas inovações tecnológicas e conseqüentemente alternativas para incremento de produtividade ao setor agropecuário; ampliando a oferta de produtos, reduzindo custos, valorizando o “saber-fazer” e culturais locais. A indicação geográfica (IG), por sua vez, constitui uma forma especial de direito de propriedade intelectual, assim como, a patente e a marca. Ela visa, principalmente, distinguir a origem de um produto através da diferenciada qualidade, da fama obtida numa determinada área geográfica ou obtenção de um determinado produto singular; sendo também uma forma de agregar valor, excelência e credibilidade a um produto, incentivar o turismo rural na região e preservar culturais locais, conferindo-lhe um diferencial de mercado em função de suas características e de seu local de origem. Nesse contexto, a importância desse instrumento de desenvolvimento para a Bahia, situa-se na diversidade histórico-cultural e edafoclimática. Aliado a esses fatores, a extensão territorial contribui para a existência de uma gama de produtos agropecuários potenciais para o registro de indicação geográfica.

2.3.1.7. Programa 1426 - Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais

Objetivos Específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8606	Desenvolvimento da agricultura orgânica	DESENORG	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

A importância do programa reside no fato de que, viabilizando a agricultura de pequena escala e fomentando práticas de multicultivo, inclusive com a criação de animais, os sistemas orgânicos trazem muitos benefícios ao estabelecimento do equilíbrio entre o solo, as plantas e os animais não somente pela substituição dos fertilizantes e pesticidas artificiais por insumos orgânicos, mas também por diminuir a utilização de insumos relacionados com os combustíveis fósseis, respeitando dessa forma a agrobiodiversidade. Além disso, ajuda a promover a melhoria do acesso aos alimentos, estimulando o aumento da produtividade, a diversidade e a conservação ambiental e favorece o intercâmbio de conhecimentos entre os agricultores, o que também contribui para melhorar a situação sócio-cultural. Estes benefícios ajudam a reduzir a pobreza e a inverter a migração do meio rural.

2.3.1.8. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas especiais.
Objetivo Geral	Não Definido
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	...
Gerente executivo	...
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Índice de aplicabilidade dos recursos financeiros. Quanto à eficácia, são avaliadas as metas físicas, cujo cumprimento é associado à pertinência da elaboração do mesmo para cobrir as necessidades e expectativa do setor
Público-alvo	Governo.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
4716	Operação dos serviços administrativos das Unidades descentralizadas	MANUTSFAS	DAD

Importância da execução do programa para o Estado

O programa Apoio Administrativo, sob gestão do Ministério do Planejamento, engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos programas finalísticos e demais programas, não tem suas despesas passíveis, no momento, de apropriação àqueles programas. Em outras palavras, constitui-se o principal centro de custo dos recursos

administrados, onde são alocadas todas as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas. A Superintendência Federal da Bahia executa uma ação desse programa, através de sua Divisão de Apoio Administrativo (DAD).

2.3.2. Principais Ações dos Programas Executados Pela Unidade

Quadro 02. Execução física das ações realizadas pela UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	604	0357	8658	A	3	Unidade	27.000	20.164	25.000
20	604	0357	4842	A	3	km ²	506.492	506.492	506.492
20	604	0357	2139	A	3	Unidade	42.000	30.472	42.000
20	603	0357	8572	A	3	Hectare	229.192	229.192	229.192
20	603	0357	2134	A	3	Unidade	160.000	83.977	140.000
20	603	0357	2180	A	3	Unidade	33.226	34.007	35.080
20	604	0357	2181	A	3	Unidade	4.081	3.608	3.751
20	125	0356	8938	A	3	Unidade	94	101	110
20	125	0356	8939	A	3	Unidade	149	147	165
20	125	0356	4746	A	3	Toneladas	519.386	598.124	650.000
20	125	0356	4745	A	3	Unidade	131	76	155
20	125	0375	2179	A	3	Unidade	683	687	731
20	125	0375	2141	A	3	Unidade	1.100	942	1.050
20	125	0375	2909	A	3	Unidade	9	5	12
20	125	0375	2140	A	3	Unidade	176	527	413
20	125	0375	2177	A	3	Unidade	36	20	30
20	125	0375	2124	A	3	Unidade	370	168	72
20	125	0375	2019	A	3	Unidade	48	22	37
20	541	1442	8593	A	3	Unidade	6	-	6
20	601	1442	8591	A	3	Unidade	-	-	8
20	125	1442	4720	A	3	Unidade	15	17	25
20	128	1442	8622	A	3	Unidade	2	2	6
20	122	6003	2B17	A	3	Unidade	10	10	15
20	605	6003	8611	A	3	Unidade	8	29	35
20	665	1426	8606	A	3	Unidade	200	250	300
20	665	0393	2B47	A	3	Unidade	21	14	20
20	122	0750	4716	A	3	Unidade	1	1	1

Fonte: SIAFI, SIPLAN e Relatórios de Atividades dos Serviços.

2.3.2.1. Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Plano Interno: PCEANIMAL.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória.
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistemas de informação zoossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGCD/DAS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

Unidades executoras	SSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 03. Metas e resultados da Ação PCEANIMAL.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Propriedade atendida (Unid.)	27.000	145.709,01	20.164	1.485.369,15
Fiscalização das ações dos Programas de Sanidade, Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos animais, executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor-ADAB por delegação de competência do MAPA.	517	-	472	-
Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA	-	-	-	-
Unidades Regionais - UR avaliadas para acompanhamento e padronização de procedimentos	4	-	3	-
Fiscalização Unidade Veterinária Local - UVL	3	-	3	-
Fiscalização de Estabelecimentos Avícolas	10	-	6	-
Fiscalização de Barreira Fixa	1	-	1	-
Fiscalização de Barreira Fixa	5	-	3	-
Capacitação para auxiliar de fiscalização	5	-	2	-
Educação Sanitária	6	-	2	-
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias Espongiforme Bovina – EET- PNCRH.	-	-	-	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB com foco na gestão das ações delegadas do PNCRH.	4	-	4	-
Fiscalização nas Unidades Veterinárias Locais das ações executadas pela ADAB no controle epidemiológico da Raiva dos Herbívoros.	10	-	10	-
Fiscalização dos Estab. Revendedores de vacina para a raiva.	20	-	20	-
Capacitação de médicos veterinários para o controle de alimentos. Número de treinamentos.	2	-	2	-
Avaliação dos registros nas propriedades dos atendimentos aos focos com suspeita de raiva, principalmente, nas áreas de risco, realizados pelo Órgão Executor – ADAB	6	-	4	-
Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e Tuberculose PNCEBT.	-	-	-	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB com foco na gestão das ações delegadas do PNCEBT	12	-	12	-
Fiscalização nas Unidades Veterinárias Locais das ações executadas pela ADAB no controle epidemiológico da brucelose e tuberculose	31	-	31	-
Escritórios de Atendimento Comunitário Fiscalizados no PNECBT	35	-	35	-
Propriedades Rurais fiscalizadas no cumprimento do PNCEBT.	10	-	5	-
Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados para atuarem no PNCEBT.	70	-	70	-
Fiscalização de Instituições de Ensino credenciadas a ministrar cursos;	2	-	1	-
Fiscalização de Estabelecimentos revendedores de vacina contra brucelose	50	-	50	-
Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE	-	-	-	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB com foco na gestão das ações delegadas do PNSE.	8	-	13	-
Fiscalização nas Unidades Veterinárias Locais nas ações executadas pela ADAB no controle das doenças dos equídeos.	33	-	33	-

Escritórios de Atendimento Comunitário Fiscalizados no PNECBT.	36	-	27	-
Fiscalização e supervisão de locais de eventos.	12	-	12	-
Fiscalização de propriedades rurais.	10	-	8	-
Fiscalização de Laboratórios credenciados para o diagnóstico de AIE – LANAGRO	12	-	7	-
Vistoria de Laboratório para credenciamento para a realização exame de AIE-LANAGRO.	1	-	3	-
Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos - PNSCO.	-	-	-	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB com foco na gestão das ações delegadas do PNSCO.	4	-	4	-
Fiscalização nas Unidades Veterinárias Locais nas objetivando padronizar as ações executadas, pela ADAB, no controle do transito e das doenças dos caprinos e ovinos.	38	-	37	-
Fiscalização dos Escritórios de Atendimento Comunitário Fiscalizados EAC's no PNECBT.	19	-	19	-
Fiscalização e supervisão de locais de eventos, tendo como foco no transito de animais.	3	-	2	-
Fiscalização de propriedades rurais situadas nas áreas de risco.	2	-	2	-
Programa Nacional de Sanidade dos Suínos – PNSS.	-	-	-	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB com foco na padronização das ações e gestão delegadas do PNSE à ADAB.	4	-	4	-
Auditar as Unidades Veterinárias Locais – UVL's da ADAB com foco na padronização das ações e gestão das ações delegadas do PNSS à ADAB.	7	-	9	-
Auditar Escritórios de Apoio Comunitário – EAC's da ADAB tendo como foco a padronização de procedimentos no PNSS	2	-	6	-
Supervisão e fiscalização de Estabelecimentos de suínos.	15	-	9	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2010.

Análise das metas e resultados

O PI PCEANIMAL é composto por diversos Programas de Saúde Animal, tem suas ações executadas pelo Serviço Veterinário Oficial - SVO - ADAB, por delegação de competência do MAPA que através da SSA audita e supervisiona a execução dessas ações nas Unidades Veterinárias do SVO tendo como objeto a integridade sanitária dos vários programas de saúde animal gerido pelo referido Órgão.

A metodologia adotada pela SSA para as auditorias, fiscalizações e supervisões possibilitou a este Serviço concluir sobre avanços conseguidos no ano de 2010 em vários programas, a exemplo: aumento da fiscalização do trânsito interestadual com sacrifícios de mais de 53.000 cabeças, transportadas por 17 caminhões que ingressaram clandestinamente no estado; aumento do número de processos de certificação de propriedades rurais livres da brucelose e tuberculose; a participação nas Câmaras Temáticas da Carne; etc.

Por outro lado existem pontos que limitam as atividades do SVO, o déficit de funcionários em todos os níveis, principalmente os de nível médio e técnicos em agropecuária, que são essenciais na fiscalização do trânsito dos animais, seus produtos e subprodutos. O serviço oficial já foi notificado em diversos momentos, chamando-se a atenção para a realização de concurso público.

Do total de recursos aplicados no exercício (R\$ 1.485.369,15) ressalta-se que apenas R\$ 66.302,15 foram efetivamente gastos no custeio das atividades. O valor informado abaixo não foi programado para o ano de 2010 e sua utilização nos cálculos dos Indicadores de Desempenho tornaria o índice incorreto, não refletindo a realidade no desempenho da Ação. Portanto, R\$ 1.419.067,00, liquidado no mês de dezembro no elemento 449052, destinou-se ao pagamento de despesas de capital e não para o custeio da Ação.

2.3.2.2. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

Plano Interno: **FEBREAFTOS**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença do circuito pecuário Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões do circuito pecuário para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnósticos e monitoramento soroepidemiológicos nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CGCD/DAS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 04. Metas e resultados da Ação FEBREAFTOS.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Área livre (km2)	506.492	241.963,00	506.492	533.950,55
Fiscalização das ações do PNEFA executadas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor – ADAB por delegação de competência do MAPA.	179	-	227	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB-UR com foco na gestão da execução das ações delegadas do PNEFA	9	-	12	-
Auditar as Unidades Veterinárias Locais – UVL's nas ações executadas no PNEFA	36	-	32	-
Auditar Escritórios de Apoio Comunitário - EAC nas ações executadas do PNEFA.	36	-	42	-
Fiscalização de Estabelecimentos Revendedores da vacina contra a febre aftosa.	40	-	90	-
Auditar as Barreiras Sanitárias Fixas nas ações, registros e controle do trânsito de animais.	17	-	9	-
Avaliar o registro dos dados referentes ao controle das propriedades com histórico de doenças vesiculares	32	-	32	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2010.

Análise das metas e resultados

As atividades de fiscalização das ações do Programa de Erradicação da Febre Aftosa, delegadas ao Órgão Executor, Agência de Defesa Agropecuária na Bahia – ADAB atingiu sua finalidade e teve como objetivo: auditar as atividades de vacinação; controlar o trânsito de animais susceptíveis a febre aftosa; avaliar a estrutura de conservação da vacina de FA nos revendedores; a execução das vacinações assistidas e; analisar a real situação estrutural do referido Órgão.

A metodologia adotada para a realização das fiscalizações, possibilitou uma avaliação conclusiva da situação dos estágios de execução do programa de erradicação da febre aftosa nos seus mais importantes segmentos. Esse método foi determinante para uma análise, quantitativa e qualitativa,

da situação de execução do referido programa. Ao final de cada fiscalização, a equipe do MAPA realiza uma reunião nas Unidades Regionais - UR's, com a presença das equipes responsáveis pelas UVL's, onde as inconformidades apresentadas são discutidas, avaliadas e apresentadas sugestões para um desempenho efetivo e necessário para manter a Bahia Livre da Febre Aftosa com Vacinação.

Do total de recursos aplicados no exercício (R\$ 533.950,55) ressalta-se que apenas R\$ 53.405,81 foram efetivamente gastos no custeio das atividades. O valor informado abaixo não foi programado para o ano de 2010 e sua utilização nos cálculos dos Indicadores de Desempenho tornaria o índice incorreto, não refletindo a realidade no desempenho da Ação. Portanto, R\$ 480.544,74, liquidado no mês de dezembro no elemento 449052, destinou-se ao pagamento de despesas de capital e não para o custeio da Ação.

2.3.2.3. Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **VIGIZOO2.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CTQA/DSA/DAS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidade executora	SSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 05. Metas e resultados da Ação VIGIZOO2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	42.000	12.251,00	30.472	918,22
Auditar as Unidades Regionais da ADAB-UR com foco na gestão da execução das ações delegadas do VIGIZOO2.	5	-	4	-
Auditar as Unidades Veterinárias Locais –UVL's nas ações executadas no VIGIZOO2.	32	-	31	-
Auditar Escritórios de Apoio Comunitário - EAC nas ações executadas do PNEFA.	9	-	8	-
Auditar as Barreiras Sanitárias Fixas nas ações, registros e controle do trânsito de animais.	1	-	10	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2010.

Análise das metas e resultados

A atividades do SSA objetivou a fiscalização das Barreiras Sanitárias Fixas do Órgão Executor - ADAB e a rastreabilidade dos registros dos trânsitos ocorridos e fiscalizados pelas referidas barreiras. A metodologia adotada nas fiscalizações possibilitou uma avaliação profunda e

conclusiva das condições da capacidade do Órgão Executor para aplicar a legislação no controle do trânsito das diversas espécies animais. A não disponibilização de recursos no exercício dificultou bastante o desempenho da Ação e comprometeu o alcance da meta principal programada.

2.3.2.4. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Plano Interno: **PCEVEGETAL**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de planta medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacaucultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-lo produtivo, competitivo e atender a exigência do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreira fitossanitárias, elaboração de plano de contingência e de emergência para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativa e Portaria), acordos internacionais, estabelecimento de convênio com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSV
Coordenador nacional da ação	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Unidade executora	SSV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSV
Responsável pela execução da ação a nível local	Antônio Cléber de Albuquerque

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 06. Metas e resultados da Ação PCEVEGETAL.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Área controlada (ha)	229.192	174.147,50	229.192	4.075.132,65
Inspeções fitossanitárias em pomares de manga e mamão	550	-	662	-
Inspeções fitossanitárias em pomares de banana	-	-	470	-
Inspeções fitossanitárias em cultivos de soja	-	-	258	-
Inspeções fitossanitárias em cultivos de algodão	-	-	205	-
Inspeções fitossanitárias em cultivos de palma	-	-	503	-
Inspeções fitossanitárias em pomares citros	-	-	450	-
Armadilhas inspecionadas	-	-	1.229	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2010.

Análise das metas e resultados

Foram bons os resultados obtidos na execução da Ação, toda a área prevista foi controlada, o número de Inspeções fitossanitárias apresentou um acréscimo razoável em relação ao que havia sido programado, contribuindo com o objetivo maior do programa: dar o suporte necessário ao cumprimento dos acordos bilaterais na exportação de mamão e manga para os Estados Unidos da América. Entretanto, os baixos preços praticados no comércio internacional, em face da valorização do Real em relação ao dólar, proporcionaram uma significativa redução do número de registro de

propriedades, UP – Unidade de Produção, que participavam do Programa de Exportação de mangas para os Estados Unidos da América. Outro fator que contribuiu para esta redução foi o aumento de preço do produto (manga) no mercado nacional. Vale ressaltar ainda, que as atividades desenvolvidas em pomares de mamão e manga são de grande importância para o desenvolvimento dos pólos frutícolas da região do Vale do São Francisco, da região de Livramento de Nossa Senhora e da região do Extremo Sul da Bahia. As frutas produzidas nessas regiões só poderão ser exportadas após o cumprimento dos requisitos fitossanitários exigidos pelos importadores, mediante a supervisão e inspeção dos FFA's do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Do total de recursos aplicados no exercício (R\$ 4.075.132,65) ressalta-se que apenas R\$ 132.333,91 foram efetivamente gastos no custeio das atividades. Os valores informados abaixo não foram programados para o ano de 2010 e sua utilização nos cálculos dos Indicadores de Desempenho tornaria o índice incorreto, não refletindo a realidade no desempenho da Ação. Portanto, R\$ 854.718,00 disponibilizado no elemento 443042 e liquidado no mês de novembro foi uma transferência para cobrir despesas de um convênio mantido entre o MAPA e a ADAB. E, R\$ 3.088.080,74 foram disponibilizado e liquidado apenas no final do mês de dezembro. Sendo: R\$ 254.149,07 no elemento 339030; R\$ 34.000,00 no elemento 339039 e; R\$ 2.799.931,67 no elemento 449052. Estes valores destinaram-se ao pagamento de outras despesas e não para o custeio da Ação.

2.3.2.5. Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **VIGIFITO1.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSV
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini
Unidade executora	SSV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSV
Responsável pela execução da ação a nível local	Cláudio Apê Alves Freire

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 07. Metas e resultados da Ação VIGIFITO1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	160.000	1.059.022,00	83.977	919.733,73
Certificação Fitossanitária de manga, mamão e uva.	1.150	-	1.354	-
Nº de inspeções em Packing Houses de manga.	-	-	600	-
Nº de inspeções em Packing Houses de mamão.	-	-	240	-
Nº de partidas inspecionadas e certificadas de uva.	-	-	160	-
Nº de partidas inspecionadas e certificadas de mamão.	-	-	117	-
Pareceres técnicos emitidos.	-	-	55	-
Fiscalização de barreiras fitossanitárias.	-	-	39	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2010.

Análise das metas e resultados

Apesar da redução do número de fiscalizações realizadas e dos percalços enfrentados no mercado internacional, em face da concorrência de países exportadores como México, Peru e Equador e da valorização do Real em relação ao dólar americano, o resultado final das exportações foi satisfatório. A geração de divisas assegurou a manutenção de empregos diretos e indiretos na região do Vale do São Francisco. Observou-se uma redução no número de empresas exportadoras de manga para os Estados Unidos da América, Japão, Chile, Argentina, Uruguai e outros países. Entretanto, os resultados obtidos, considerando-se a certificação fitossanitária, foram satisfatórios.

Também nesta Ação do total de recursos aplicados no exercício (R\$ 919.733,73) apenas R\$ 337.571,49 foram efetivamente gastos no custeio das atividades. Os valores de R\$ 187.162,00 (elemento 333041) e R\$ 101.476,00 (elemento 443042) disponibilizados e liquidados no mês de novembro, referem-se a uma transferência para cobrir despesas de convênio mantido entre o MAPA e a ADAB. E, R\$ 293.524,24 (elemento 449052) destinaram-se ao pagamento de despesas de investimento. A utilização destes valores nos cálculos dos Indicadores de Desempenho tornaria o índice incorreto, não refletindo a realidade no desempenho da Ação.

2.3.2.6. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **FISCPLANTA2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade dos produtos nacionais exportados.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	SVA e UVAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SVA e UVAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Altair Santana de Oliveira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 08. Metas e resultados da Ação FISCPLANTA2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada	33.226	91.500,00	34.007	80.304,05

Fonte: Relatórios de atividades do SVA e UVAGRO, 2010.

Análise das metas e resultados

A atuação do SVA - Porto de Salvador, com o atendimento das demandas em diversos pontos de fiscalização, e a maximização dos recursos humanos disponíveis, com a unificação das equipes do Porto e Aeroporto de Salvador, proporcionaram a superação das metas estabelecidas pela Coordenação Geral do VIGIAGRO, com custo relativamente baixo e sem a necessidade de criação de novas unidades.

2.3.2.7. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **FISCANIMAL2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional, além de certificar a zoossanidade dos produtos nacionais exportados.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidade executora	SVA e UVAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SVA e UVAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Altair Santana de Oliveira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 09. Metas e resultados da Ação FISCANIMAL2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada	4.081	300.126,00	3.608	291.951,49

Fonte: Relatórios de atividades do SVA e UVAGRO, 2010

Análise das metas e resultados

O estabelecimento da meta para esta Ação é de responsabilidade da Coordenação Geral do VIGIAGRO que se baseia na série histórica para a determinação de seus quantitativos. Quanto ao número das fiscalizações realizadas, está diretamente relacionada com a demanda apresentada e é influenciada pelo maior ou menor comércio internacional entre os países.

Dos recursos disponibilizados no PI Fiscanimal2, aproximadamente 95% foram utilizados para a aquisição de dois veículos oficiais e com a reforma, em local cedido pela CODEBA, para a instalação da nova sede do SVA - Porto de Salvador.

2.3.2.8. Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal

Plano Interno: **INSPANIMAL3**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou

	manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B)Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C)Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle(APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/ CGI /DIPOA
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas
Unidade executora	SIPOA
Área responsável por gerenciamento ou execução	SIPOA
Responsável pela execução a nível local	Antonio Carlos da Matta Souza

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 10. Metas e resultados da Ação INSPANIMAL3.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimento inspecionado (Unid.)	94	645.771,00	101	425.811,22
Supervisão de estabelecimentos com conformidade	75	-	67	-
Registro de Estabelecimentos	7	-	13	-
Estabelecimentos sob Inspeção Federal (Nº)	94	-	101	-
Instalação de SIF	7	-	13	-
Cancelamento de SIF	-	-	2	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOA, 2010.

Análise das metas e resultados

Os bons resultados obtidos no exercício de 2010 foram decorrentes de quatro fatores básicos: uma programação de trabalho elaborada dentro de uma realidade regional; a liberação dos recursos financeiros necessários para o custeio das atividades programadas nas épocas corretas e nos valores pleiteados; a motivação dos técnicos em atenderem e cumprirem as orientações da administração deste Serviço e; a boa vontade de chefes de outros Serviços em permitirem o empréstimo de seus veículos para a condução de Fiscais do SIPOA em atividades de fiscalização, já que o número de veículos em poder do Serviço é insuficiente para atender as necessidades. Ressalta-se ainda que não somente ocorreram viagens para realização de supervisões. Melhores resultados foram alcançados quanto a realizações de auditorias, interdições de graxarias, acompanhamento às obras e análises de plantas para a instalação de novas indústrias, demandando tempo e despesas não registradas na metas apresentadas na planilha de resultados. Também, todo o esforço direcionado na capacitação dos Servidores, no atendimento das convocações oficiais e muitas outras atividades desenvolvidas por este serviço, aí não estão quantificadas, a exemplo da análise de projetos executada por Fiscais do SIPOA e a inspeção prévia de terrenos.

2.3.2.9. Ação 8939 - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal

Plano Interno: **IPVEGETAL2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/ CGVB/DIPOV
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Unidade executora	SIPOV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPOV
Responsável pela execução da ação a nível local	Cristiano Rodrigues Barreto

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 11. Metas e resultados da Ação IPVEGETAL2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimento inspecionado (Unid.)	149	223.811,00	147	83.718,69
Registro de Estabelecimentos	-	-	21	-
Registro de Produtos	-	-	313	-
Número de produtos inspecionados	-	-	1.501	-
Certificação de produto importado	-	-	710	-
Certificação de produto exportado	-	-	17	-
Coleta de amostra (nº)	200	-	1.501	-
Total de Estabelecimentos Registrados		-	184	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2010.

Análise das metas e resultados

A Análise do Quadro 11 permite concluir que a meta principal foi alcançada em 98,66% do previsto, com reflexos positivos para o número de produtos inspecionados, certificação de produtos exportados e coleta de amostras. Vale ressaltar que a não disponibilização de recursos financeiros nos valores previstos na Programação Orçamentária 2010 impediu que a fiscalização retornasse a diversos estabelecimentos registrados, comprometendo, em parte, a ação fiscal deste Serviço.

2.3.2.10. Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais

Plano Interno: PADCLASSIF.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOV/CGQV
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Unidade executora	SIPOV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPOV
Responsável pela execução da ação a nível local	José de Almeida Lins

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 12. Metas e resultados da Ação PADCLASSIF.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Produto fiscalizado (t)	519.386	311.326,62	598.124	67.010,01
Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados (nº.)	170	-	146	-
Amostras Coletadas (nº)	150	-	187	-
Termos de Fiscalização (nº)	-	-	146	-
Postos Credenciados Fiscalizados (nº)	7	-	7	-
Total de Estabelecimentos Cadastrados	5	-	7	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2010.

Análise das metas e resultados

A implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, instituído pela Instrução Normativa nº 42 de 31 de dezembro de 2008, trata do acompanhamento e controle de resíduos de agrotóxicos em empresas processadoras, de 17 produtos de origem vegetal, destinados não somente para exportação, como também para o mercado interno. Nos produtos definidos para a Bahia (mamão, manga e uva), no ano agrícola 2010/2011, determinou-se a coleta de amostras com o critério de sorteio nas empresas credenciadas no SIPOV para processamento das frutas, visando determinar quais delas serão objeto de coleta. Essa metodologia tem feito com que todos os meses, algumas empresas baianas sejam sorteadas para a coleta de amostras de frutas para análise. Vale salientar que os procedimentos de coletas são realizados exclusivamente por FFA.

O monitoramento dos níveis de resíduos de agrotóxicos nos produtos acima citados, apresentou neste ano violação de LMR (Limites Máximos de Resíduos) e presença de ingredientes ativos de agrotóxicos não permitidos nos cultivos de mamão, manga, melão e abacaxi, em empresas baianas, coletadas não somente na Bahia, mas também em outros estados, o que ensejou a abertura de processo investigativo para apurar as causas determinantes, junto às empresas responsáveis pelas não conformidades, através dos Fiscais deste SIPOV/DDA/SFA/BA.

Também são motivo de investigação, as empresas que tiveram seus produtos amostrados no exterior, e as não conformidades constatadas são comunicadas ao MAPA através dos chamados RASFF, o que aconteceu este ano com manga e mamão. Vale salientar, que todas as 160 amostras de manga, mamão e uva programadas para a Bahia foram devidamente coletadas e encaminhadas aos respectivos laboratórios credenciados pela CGAL/MAPA, representando 100% de realização desta importante meta de trabalho.

Registramos ainda, que em função dos principais pólos de produção de frutas na Bahia, estarem localizados em regiões muito distantes da sede da SFA/BA, e não dispormos de FFA's em algumas dessas regiões, o alcance das metas vem acontecendo, mas com muito desgaste dos executores, pelas longas distancias que são percorridas.

Um avanço também muito significativo, foi o programa de acompanhamento da qualidade dos alimentos, determinado pelo CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, onde alguns municípios, em todos os Estados, foram sorteados para as coletas de amostras de alguns alimentos, sendo que na Bahia, foi definido para o ano de 2010 os produtos; farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, arroz, milho de pipoca, amendoim e os óleos de soja, girassol, milho, canola e algodão, com predominância nos estabelecimentos comerciais localizados na periferia das grandes e médias cidades e em pequenos municípios. Esse trabalho de fiscalização propiciou o mapeamento de muitas irregularidades cometidas por grandes empresas o que tem determinado que muitas delas, modificassem os seus fluxos de produção.

Também foi determinante a participação dos FFA's do SIPOV/SFA/BA na definição do POC (Padrão Oficial de Classificação) de alguns produtos vegetais, bem como na elaboração de legislações voltadas para as nossas atividades.

2.3.2.11. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado

Plano Interno: **FISCORGEN**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CBIO
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius Segurato Coelho
Unidade executora	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível local	João Ivo de Carvalho Neto

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 13. Metas e resultados da Ação FISCORGEN.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	131	155.758,00	76	133.740,13

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2010.

Análise das metas e resultados

A Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN obteve um desempenho razoável no exercício 2010. As fiscalizações realizadas alcançaram 58,02% (76/131) do programado. Do total de recursos descentralizado para as atividades, R\$ 133.740,13, apenas R\$ 13.778,13 foram disponibilizados para as atividades de custeio (valor equivalente a 38,53% do que se havia previsto), sendo o valor restante destinado a aquisição de material permanente. Isso contribuiu decisivamente para que o desempenho da Ação fosse parcialmente comprometido.

2.3.2.12. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Plano Interno: **FISCALSEM1**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A fiscalização de sementes e mudas consiste dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGAA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidade executora	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível local	Carlos Luiz Borges de Carvalho

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 14. Metas e resultados da Ação FISCALSEM1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	683	377.272,04	687	458.293,02
- Produtores de sementes	39	-	31	-
- Produtores de mudas	359	-	205	-
- Usuários de sementes	180	-	206	-
- Usuários de mudas	-	-	11	-
Estabelecimentos fiscalizados	578	-	453	-
Amostra coletada	-	-	24	-
Estabelecimentos registrados	-	-	278	-
Autorização Importação de Sementes	-	-	31	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	878	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2010.

Análise das metas e resultados

A Ação FISCALSEM1 obteve um ótimo desempenho no exercício 2010. As fiscalizações realizadas alcançaram 100,59% do quantitativo programado e, em comparação com o ano anterior, observou-se apenas uma diminuição de 0,73% no total de fiscalizações realizadas (687/692). Merece destaque, no exercício em análise, a atuação na região oeste do Estado da Bahia com a divulgação da Legislação Brasileira de sementes e mudas e pela intensificação da fiscalização dos usuários de sementes, bem como a fiscalização de produtores de sementes de forrageiras. Outra atividade que apresentou resultado bastante significativo foi a importação de sementes e mudas, já que, no exercício 2009 foram emitidas 16 Autorizações de Importação enquanto no presente exercício esse número saltou para 31, representando um incremento de 93,75%.

2.3.2.13. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Plano Interno: FISFECOI.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DAS/CFIC
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho
Unidade executora	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível ação	Jorge Antonio Teles da Silveira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 15. Metas e resultados da Ação FISFECOI.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	1.100	200.000,00	942	221.513,64
Estabelecimentos fiscalizados	450	-	316	-
Produtos fiscalizados (t)	141.761	-	58.809	-
Amostra coletada	650	-	604	-
Estabelecimentos registrados	-	-	96	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	994	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2010.

Análise das metas e resultados

A Ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI obteve um bom desempenho no exercício 2010. As fiscalizações realizadas alcançaram 85,64% (942/1.100). Merecendo destaque, no exercício em análise, o esforço concentrado que foi desenvolvido com vistas a concluir o grande número de processo administrativo-fiscal que existia no SEFIA. Outra atividade também de grande importância foi a continuidade da Operação Especial de Fiscalização,

que consiste na permanência de Fiscais na unidade fabril durante um período superior a uma fiscalização de rotina. Essa operação visa à realização de uma minuciosa auditoria na empresa fiscalizada.

2.3.2.14. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins

Plano Interno: **FISAGROTOX**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGAA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível local	José Raimundo Freitas Nascimento

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 16. Metas e resultados da Ação FISAGROTOX.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	9	12.522,75	5	10.980,92
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	20	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2010.

Análise das metas e resultados

A Ação Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins - FISAGROTOX obteve um desempenho razoável no exercício 2010. As fiscalizações realizadas alcançaram 55,56% (5/9) do programado. Cabe salientar que com a edição da Portaria 428 que Reestruturou a SFA através de novo Regimento Interno, algumas ações que no exercício anterior eram de atribuição do SEFAG (hoje SEFIA) passaram, neste exercício, para a responsabilidade do SEDESA (hoje SSV), com isso as metas programadas para o SEFIA diminuiriam proporcionalmente à redução das atribuições. Enquanto no exercício 2009 foram programadas 28 fiscalizações, no presente exercício a meta se resumiu a 09 fiscalizações.

2.3.2.15. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Plano Interno: **FISPROVET1.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CPV
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius de Santana Leandro Junior
Unidade executora	SEFIP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIP
Responsável pela execução da ação a nível local	Carlos Antonio Passos da Hora

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 17. Metas e resultados da Ação FISPROVET1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	176	80.000,00	527	107.136,07
Amostra coletada	-	-	13	-
Estabelecimentos registrados no exercício	-	-	139	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	1.075	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2010.

Análise das metas e resultados

Com o suporte de três UTRA's - Unidades Técnicas Regionais do estado da Bahia ao P.I. Fisprovet1, no exercício 2010, foi possibilitado um incremento na meta física prevista para o ano. Consequentemente, houve um aumento de 299% em relação à meta prevista. A participação das Utra's capilarizou a fiscalização, encurtou distâncias e otimizou a aplicação dos recursos.

Com referência ao resultado "amostra coletada", foram lavrados treze termos de coleta em estabelecimentos fabricantes, totalizando um quantitativo de 26.393 doses – prova e contra-prova – de vacinas, visando à sua análise em Laboratório Oficial.

É importante citar que, no exercício 2010, foram lavrados 76 Autos de Infração, 86 Termos de Apreensão e 32 Autos de Multa e esta ação coercitiva inibe as fraudes, aumenta a conformidade, minimiza os riscos da atividade pecuária ao produtor, aumentando a produção e produtividade.

2.3.2.16. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Plano Interno: **FISCAGRIC1.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.

Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/DIEL/CLAI
Coordenador nacional da ação	Maria Auxiliadora D. de Souza
Unidade executora	DPDAG
Área responsável por gerenciamento ou execução	DPDAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Jorge de Oliveira Pinheiro

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 18. Metas e resultados da Ação FISCAGRIC1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	36	27.103,86	20	4.871,80
Estabelecimentos registrados	-	-	31	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	3	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2010.

Análise das metas e resultados

A Ação de Fiscalização das Empresas Prestadoras de Serviços Agrícolas - FISCAGRIC1 obteve um desempenho razoável no exercício 2010. As fiscalizações realizadas alcançaram 55,56% do programado, com uma descentralização de menos que 20% do financeiro previsto. Cabe salientar que com a edição da Portaria 428, reestruturando a SFA através de novo Regimento Interno, o gerenciamento da Ação passou a ser de responsabilidade da DPDAG.

Do total de recursos programados para a Ação, num montante de R\$ 27.103,86, foi descentralizado apenas R\$ 4.871,80, correspondente a 17,97% do programado. Dessa forma, fez-se o possível para se obter o melhor resultado que a reduzida dotação permitiu. Esse resultado só foi possível com a fiscalização casada com outras Ações do SEFIA que tiveram recursos financeiros adequados.

2.3.2.17. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Plano Interno: FISCINAN.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar qualidade e conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DFIP/CPAA
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcusse Tacci
Unidade executora	SEFIP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIP
Responsável pela execução da ação a nível local	Jailton Fernandes Couto Moreira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 19. Metas e resultados da Ação FISCINAN.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	370	145.400,00	168	73.496,72
Amostra coletada	105	-	50	-
Estabelecimentos registrados no exercício	-	-	12	-
Autorização de importação/exportação de produtos	-	-	20	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	63	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2010.

Análise das metas e resultados

Foram previstas no Plano Operativo Anual (POA) 2010, 370 fiscalizações, a serem realizadas em estabelecimentos fabricantes, fracionadores e/ou comerciantes de produtos destinados à alimentação animal. Foram realizadas 168 fiscalizações, sendo que deste total, 28 foram realizadas em fabricantes/fracionadores, 107 em comerciantes, 18 vistorias para registro e 15 em clandestinos. Das 370 fiscalizações previstas, 130 referiam-se a fabricantes/fracionadores e 240 a comerciantes.

O foco (estabelecido pela Coordenação) da fiscalização de produtos destinados à alimentação animal (FISCINAN) são os estabelecimentos fabricantes/fracionadores, portanto, a programação financeira está baseada nas fiscalizações a ser realizadas nesse tipo de estabelecimento. As fiscalizações em estabelecimentos comerciantes são, na sua quase totalidade, realizadas durante as ações fiscais do FISPROVET (uma vez que os estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário, também comercializam produtos destinados à alimentação animal).

Ao observarmos o número de fiscalizações em estabelecimentos fabricantes/fracionadores (28), comparados ao número de fiscalizações previstas (130), verificamos que ficamos abaixo do previsto. Este fato pode ser explicado em virtude da realização de fiscalizações referentes a vistorias e apuração de denúncias. Outro fato que contribuiu para a redução no número de fiscalizações, foi o grande volume de trabalhos internos, referentes a processos de registros, avaliação de processos frente às novas exigências da legislação e tramitação de vários processos de autos de infração (resultantes de apreensões, interdições de clandestinos e detecção de não conformidade nos níveis de garantia de produtos). Portanto, tendo em vista a necessidade de conclusão de vários processos, aliado às solicitações de novos registros (vistoria) e apurações de denúncias, e considerando o número reduzido de fiscais (dois) com dedicação exclusiva ao PI FISCINAN, não foi possível atingirmos a meta prevista para as fiscalizações em estabelecimentos fabricantes/fracionadores de produtos destinados à alimentação animal.

Com relação à programação financeira para 2010, R\$ 45.000,00 foram previstos para investimento (aquisição de veículos) e R\$ 100.400,00 do total previsto foram destinados para custeio da Ação.

No POA 2011, foram previstas 72 fiscalizações em estabelecimentos fabricantes/fracionadores de produtos destinados à alimentação animal. Teremos com foco nas fábricas de rações, suplementos, núcleos e premixes as auditorias para verificação da implementação das Boas Práticas de Fabricação, além da intensificação de coletas de amostras para análises fiscais. Com relação à programação financeira, está previsto no POA 2011 o valor de R\$ 58.170,00, sendo R\$ 10.000,00 destinados a investimentos.

2.3.2.18. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Para Multiplicação Animal

Plano Interno: **FISCGENE**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DFIP/CPAA
Coordenador nacional da ação	Deronete Barros de Freitas Araújo
Unidade executora	SEFIP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIP
Responsável pela execução da ação no nível local	Henrique Dias de Ramalho Sampaio

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 20. Metas e resultados da Ação FISCGENE.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	48	19.500,00	22	11.686,88

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2010.

Análise das metas e resultados

A meta física realizada (22) foi proporcional aos recursos liberados, ou seja, com uma liberação menor de recursos, menos estabelecimentos foram fiscalizados. Além disso, houve uma limitação por conta da participação do Responsável Técnico em reuniões fora da sede e em cursos de capacitação. Como entraves à execução do trabalho, pode ser citada a falta de veículos em duas oportunidades para a realização das fiscalizações. Como resultados positivos ressaltamos: as fiscalizações visando à adequação da IN56 no setor avícola; auditoria a centro de processamento de sêmen caprino/ovino, dando um melhor direcionamento ao estabelecimento; participação de capacitação em dois cursos na área de reprodução e; fiscalização na área avícola em conjunto com o Fiscal Federal Agropecuário do Serviço de Saúde Animal (SSA), cumprindo o regimento interno para esta atividade, uma vez que há compartilhamento de vocações complementares entre os dois Serviços.

2.3.2.19. Ação 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas

Plano Interno: **ORGMANEJO2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a sustentabilidade do sistema produtivo, por meio da capacitação de pessoal técnico para disseminação de tecnologias e de informações sobre o uso e o manejo adequados do solo e da água, bem como sobre a gestão do agronegócio.
Descrição	Realização de cursos modulares e outras modalidades de capacitação profissional

	sobre as técnicas de recuperação de áreas degradadas, uso e manejo adequado do solo e da água e gestão da propriedade para profissionais que atuarão como multiplicadores e difusores de tecnologias.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/DEPROS/CGDS
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Adilson Reinaldo kososki
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 21. Metas e resultados da Ação ORGMANEJO2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Pessoa beneficiada (Unid.)	6	14.143,20	-	2.092,80

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados

As atividades que são desenvolvidas nesta Ação têm por finalidade apoiar as comunidades rurais e demais potencialidades existentes. Consiste em iniciativas voltadas para o manejo e conservação dos recursos naturais, principalmente solo/água em que se considera a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento. A programação teve por objetivo mobilizar e sensibilizar através de reuniões, seminários e dias de campo os líderes locais e produtores frente à necessidade urgente do uso racional e sustentável dos recursos ambientais. Infelizmente, a indisponibilidade de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades não permitiu que as iniciativas pretendidas se concretizassem no exercício de 2010. Portanto, Não há muito a se analisar quanto às metas e resultados. As atividades desenvolvidas resumiram-se na participação em reuniões de trabalho e não exatamente nas metas programadas. Houve apenas uma inexpressiva liberação de recursos previamente direcionados a participação nesses eventos.

2.3.2.20. Ação 8591 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

Plano Interno: APOIOAGRIC1.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de envolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Coordenação e identificação do projeto de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimento, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo ao agente envolvido na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/CGSPR /DEPROS
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG

Coordenador nacional da ação	Adilson Reinaldo Kososki
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 22. Metas e resultados da Ação APOIOAGRIC1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Pessoa beneficiada (Unid.)	-	-	-	7.266,44
Promoção e participação em eventos de divulgação, sensibilização e organização da Produção Integrada	-	-	-	-
Reunião com a Coordenação Nacional	-	-	1	-
Reunião na Câmara Setorial	-	-	1	-
Participação em Workshop	-	-	1	-

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados:

Não obstante a importância das atividades inclusas neste Plano Interno e considerando o vasto potencial da Bahia na Produção Integrada, não há muito a analisar quanto às metas e resultados. As atividades desenvolvidas resumiram-se a participação em reuniões e não exatamente sobre produção Integrada. É necessário ressaltar que em um destes eventos a Coordenação Nacional recomendou a suspensão de qualquer programação de ações neste Plano Interno no corrente exercício, posto que, estaria se processando a revisão do Marco Legal da Produção Integrada no Brasil. Assim, não houve programação e os recursos liberados visaram somente, como já dito, propiciar a participação nesta reunião da Coordenação Nacional, no Workshop Nacional sobre Boas Práticas e Certificação na Agropecuária e possibilitou a participação em reunião da Câmara Setorial Estadual do Charuto.

2.3.2.21. Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Plano Interno: CERTORGAN1.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	COAGRO/CGDS/DEPROS/SDC
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 23. Metas e resultados da Ação CERTORGAN1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Unidade controlada (Unid.)	15	12.194,80	17	9.709,64
Participação em eventos de difusão e regulamentação da política de Agricultura Orgânica.	21	-	25	
Reunião com produtores	5	-	7	-
Participação em Curso de Preparação de Fiscais	1	-	1	-

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados

As atividades programadas visam desenvolver ações de caráter educativo para difundir, junto aos agentes da rede de produção orgânica e demais interessados, a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica, como também inspecionar e fiscalizar estabelecimentos, produtores e produtos orgânicos, com vista a garantir ao consumidor, a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos. Os trabalhos de divulgação da Lei foram desenvolvidos aproveitando as oportunidades de contatos com os produtores orgânicos e suas Associações, nas diferentes regiões contempladas pelas ações programadas no PI DESENGORG, especificamente os produtores dos municípios de Seabra, Itaberaba, Mata de São João, Itabuna, Irecê, Jequié e Juazeiro, totalizando cerca de 200 produtores. As ações de fiscalização contemplaram os produtores orgânicos de venda direta na feira livre do Parque da cidade em Salvador e de venda na rede do supermercado Bom Preço, na capital.

2.3.2.22. Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo

Plano Interno: **PROMOCOOP2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CGA/DENACOOP/SDC
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Eduardo Mello Mazzoleni
Responsável a nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 24. Metas e resultados da Ação PROMOCOOP2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Entidade assistida (Unid.)	2	15.378,00	2	15.107,06

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados

O PI PROMOCOOP2 foi responsável pelos recursos destinados ao acompanhamento “in loco” dos Convênios firmados pelo MAPA, visando o apoio, desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo e associativismo. Foram dois os Convênios acompanhados: um com a Fundação Dom Cabral tendo como beneficiária a Associação dos Produtores de Café do Oeste da Bahia – ABACAFÉ, em sete atividades desenvolvidas em Luiz Eduardo Magalhães-BA e; um outro com o Instituto FRUTAL, sendo beneficiária a Associação dos Produtores de Cacau – APC, em seis atividades desenvolvidas em Ilhéus-BA, com a colaboração da equipe da UVAGRO local.

2.3.2.23. Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse

Plano Interno: **FISCONTRATO**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/CIER/DIEL
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 25. Metas e resultados da Ação FISCONTRATO.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização “in loco” de Contratos de Repasse	10	10.424,69	10	9.430,22

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados:

As atividades desenvolvidas através do PI FISCONTRATO objetivaram atender às ações do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse por Amostragem. As fiscalizações do gênero visam avaliar o alcance dos objetos contemplados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, através da verificação do cumprimento da ação proposta nos Planos de Trabalho e do objetivo dele decorrente, inclusive quanto ao atendimento dos beneficiários previstos. Os Contratos fiscalizados foram escolhidos por amostragem, totalizando 10 Contratos de Repasse, cujas fiscalizações “in loco” ocorreram nos seguintes municípios: Vitória da Conquista, Cruz das Almas, Tapiramutá, Coronel João Sá, Amargosa, Salvador e Central.

2.3.2.24. Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Plano Interno: **APPRODUTOR.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos de escoamento da safra agropecuária.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/CGPI
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 26. Metas e resultados da Ação APPRODUTOR.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Vistoria Prévia, fiscalização de convênios e participação em eventos (Unid.)	8	46.276,55	29	43.740,94
Realização de Seminário.	2	-	1	-
Fiscalização de Convênios	6	-	6	-
Realização de Palestra	-	-	1	-
Participação em eventos.	-	-	3	-
Realização de Reuniões Técnicas.	-	-	18	-

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados

As atividades desenvolvidas com os recursos do PI APPRODUTOR no ano de 2010 abrangeram aquelas relacionadas aos projetos de incentivo e fomento à pequena produção agropecuária dentre elas a realização de reuniões técnicas para mobilização de parceiros e apicultores visando à organização do V Seminário de Apicultura, envolvendo produtores, associações e Prefeituras Municipais de Juazeiro, Senhor do Bonfim, Jacobina, Pindobaçu, Uauá, Miguel Calmon, Ponto Novo, Itiúba, Filadélfia, Sobradinho, Remanso, Curaçá, Canudos, Euclides da Cunha e Cansanção.

Importantes participações em eventos de organização da produção, agregação de renda à produção e de fomento foram desenvolvidas a exemplo do I Encontro da cadeia Produtiva do Pólen da Bahia em Canavieiras, do Workshop sobre Indicação Geográfica na Universidade Estadual de Santa Cruz em Ilhéus e Dia de Campo sobre Apicultura em Vitória da Conquista.

Ainda dentro deste programa a DPDAG promoveu a realização de III Seminário sobre Parcerias Institucionais, realizado no município de Juazeiro, em parceria com a União dos Municípios da Bahia – UPB e Controladoria Geral da União - CGU/BA, cujo objetivo consistiu em apresentar às prefeituras municipais, os programas e ações deste Ministério e os procedimentos relacionados ao Sistema de Convênios e Contrato de Repasse - SICONV e o uso correto dos recursos públicos.

O PI APPRODUTOR também abrigou as atividades destinadas ao acompanhamento “in loco” dos convênios firmados pelo MAPA com a Casa Jovem no município de Igrapiúna, Prefeitura Municipal de Brumado, Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, Prefeitura Municipal de Uauá, Associação dos Criadores de Nelore do Brasil - ACNB e Sociedade Brasileira de Zootecnia.

2.3.2.25. Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

Plano Interno: **DESENORG.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agro ecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Melo
Responsável pela execução da ação no nível local	Vanuza Damiana Paiva

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 27. Metas e resultados da Ação DESENORG.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Pessoa beneficiada (Unid.)	200	14.854,50	250	13.910,60
Promoção de eventos de capacitação e difusão e acompanhamento da Agricultura Orgânica na Bahia.	242	-	291	-
Curso de capacitação para agricultores familiares do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Aduvos Verdes.	3	-	3	-
Apoio à CPORG/Reuniões Técnicas.	4	-	5	-
VI Semana Alimentos Orgânicos / Eventos.	5	-	5	-
Inspeção em Propriedades Orgânicas / Programa de Sementes e Aduvos Verdes.	30	-	25	-
Reunião Técnica Institucional.	-	-	1	-
Palestra Técnica.	-	-	2	-

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados

As atividades desenvolvidas estão relacionadas às ações de fomento da Produção Orgânica junto às cooperativas, associações de produtores rurais, agricultores familiares, escolas e entidades parceiras. As ações programadas e os recursos alocados no PI - DESENGORG destinaram-se prioritariamente ao Programa de Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes e à VI Semana dos Alimentos Orgânicos.

O PROGRAMA BANCOS DE SEMENTES tem por finalidade estimular a produção de sementes de leguminosas por parte dos produtores orgânicos e agricultores em fase de transição objetivando a implantação dos Bancos Comunitários de sementes e a promoção do intercâmbio entre os agricultores. O Banco de Sementes deverá funcionar tanto como uma central para a administração das sementes como também organização promotora do uso da prática da adubação verde, agregando conhecimento técnico e saberes populares para capacitar e aprimorar os conhecimentos de um número cada vez maior de produtores.

As ações do Programa em 2010 objetivaram avaliar o estabelecimento dos Bancos de Sementes implementados nas comunidades rurais no ano de 2009 ao tempo que promover a formação de novos Bancos de sementes. As atividades demandaram reuniões técnicas de nivelamento para definição de instrutores e beneficiados, cursos de capacitação, entrega de sementes, avaliação de acompanhamento e resultados. Foram beneficiados e assistidos com o Programa 200 novos produtores e distribuídas um total de 280 kg de sementes de *Crotalaria juncea* e 740 kg de sementes de *Canavalia ensiformis* DC.

Observamos que o Programa evoluiu, entretanto ainda persistem certas dificuldades que fogem ao nosso controle, tais como desistência por parte dos agricultores, falta de comprometimento em relação a alguns produtores e responsáveis técnicos do Programa, condições climáticas desfavoráveis que por vezes inviabilizaram o plantio ou comprometeram o desenvolvimento das plântulas. No entanto, avaliamos o Programa como satisfatório considerando as dificuldades apresentadas. Os Bancos de sementes são viáveis, porém faz-se necessário um melhor gerenciamento/assistência técnica quando da implantação e manutenção dos mesmos.

Campanha da VI Semana Dos Alimentos Orgânicos - A campanha teve por objetivo proporcionar aos consumidores um maior acesso às informações sobre os Sistemas Orgânicos de Produção numa abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais dos produtos orgânicos visando estimular o seu consumo e aproximar as pessoas envolvidas com a proposta. A Programação foi descentralizada, através da participação de parceiros tanto da capital como de municípios do interior. As atividades consistiram em: realização de palestras em Salvador nas Escolas Pan Americana, Alan Kardec, Lelis Piedade e Francisco Nascimento Brito; participação com Stand na Feira de Meio Ambiente; realização de palestras sobre “A Importância da Alimentação Orgânica e Certificação de Produtos Orgânicos, em que foram mobilizadas as comunidades escolares e de produtores nos municípios de Irecê, Camaçari, Itaberaba e Curaçá; participação na III Reunião Técnica do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes em Campo Grande-MS e; inspeção de estabelecimentos produtores, onde foram inspecionados vinte e cinco estabelecimentos produtores objetivando monitorar o desenvolvimento das ações do Programa de Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

2.3.2.26. Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Plano Interno: INDGRAF.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos, bem como promover a capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo, estudos e diagnósticos, programas de cooperação técnica, orientação, promoção e acompanhamento dos processos de certificação de IG de produtos agropecuários; além de: 1 - Desenvolver sistemas de informação que subsidiem e tratem das questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; 2 - Incrementar a produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; 3 - Auditar as cadeias produtivas certificadas com IG.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CIG/DEPTA/SDC/MAPA
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Patrícia Metzler Saraiva
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 28. Metas e resultados da Ação INDGRAF.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Promoção e participação em eventos de acompanhamento, difusão e regulamentação de Indicação Geográfica (Unid.)	21	14.030,00	14	4.632,73
Reuniões de divulgação e sensibilização da IG.	2	-	4	-
Acompanhamento e Orientação para Elaboração do Processo de Requerimento da IG Café do Planalto de Conquista.	3	-	1	-
Reuniões mensais de acompanhamento e orientação do projeto de requerimento de registro de Indicação de Procedência da Microrregião Abaíra para o produto cachaça e participação mensal na reunião do GEOR (Grupo Gestor Orientado para Resultados) da cadeia produtiva de cana de açúcar, na microrregião de Abaíra/BA.	6	-	3	-
Reunião com parceiros da Região Sul da Bahia para discussão do processo de implantação da Indicação Geográfica para o produto cacau cabruca.	4	-	1	-
Reuniões com Cadeias Produtivas de regiões potenciais de proteção pela IG	1	-	3	-
Participação em reuniões técnicas nacionais das DPDAG/SFA-BA, promovidas pela Coordenação Geral de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG/SDC/MAPA.	-	-	1	-
Reunião nas Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias da Bahia para orientação sobre procedimentos relativos à IG.	4	-	0	-
Participação em Eventos de IG (Workshop)	-	-	1	-

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2010.

Análise das metas e resultados

Com relação às atividades de Indicação Geográfica, são feitas divulgações e incentivos junto às cooperativas e associações de produtores rurais, entidades parceiras e em eventos afins, com o apoio de técnicos lotados no DPDAG/SFA-BA e nas Unidades Técnicas descentralizadas no interior do Estado.

Para o ano de 2010 foram programados eventos tais como os citados na tabela acima, sendo os beneficiários diretos das ações principalmente os produtores rurais associados e cooperados onde o DPDAG/SFA-BA divulga e incentiva a Indicação Geográfica, abrangendo diversas regiões e com isso mais de 50 municípios. Além desses, os participantes dos eventos de divulgação da IG, sejam eles representantes de entidades, estudantes ou profissionais do agronegócio, tornam-se multiplicadores do tema.

É necessário ressaltar que o desenvolvimento das ações relativas à Indicação Geográfica, conforme foi planejado pela DPDAG/SFA-BA, não puderam ser implementadas como previstas em função da indisponibilidade de recursos financeiros. O volume de recursos descentralizados até outubro do ano em questão restringiu-se a dar cobertura à parte das ações iniciadas em 2010. O maior volume de recursos foi liberado no último trimestre visando tão somente atender demandas importantes surgidas naquela oportunidade, que redundaram em perspectivas de trabalho para 2011, já que propiciaram a participação em Workshop na Universidade Estadual de Santa Cruz, junto com diversas instituições que desenvolvem atividades voltadas ao apoio à Indicação Geográfica, cujo produto principal foi a decisão, por sugestão da DPDAG/SFA-BA, de criação de um Fórum estadual de IG em 2011.

Registre-se também neste ano o resultado do trabalho de sensibilização desenvolvido em anos anteriores junto às cadeias produtivas do Cacau, na região sul do estado, e do Café na região Oeste da Bahia que redundaram ao final do exercício em análise, na celebração de Convênios com o Ministério da Agricultura com o objetivo de dar suporte financeiro à elaboração dos projetos que antecederão os respectivos requerimentos de IG. Além disso, em reuniões de difusão e sensibilização realizadas para tanto, discutiu-se com duas outras cadeias produtivas - a do Charuto no recôncavo e do Pólen Apícola, na região de Canavieiras - a possibilidade da concessão de IG para aqueles produtos, o que deverá ser trabalhado em 2011.

Com a evolução dos trabalhos da CIG e do DPDAG nos Estados está havendo um processo constante de reformulações e amadurecimento. E nesse sentido está sendo discutida a ampliação de atuação do MAPA quanto as modalidades de propriedade intelectual, principalmente, as marcas coletivas. Esta última está sendo divulgada juntamente à Indicação Geográfica, ressaltando que a IG não é cabível em todas as situações, ao contrário das marcas coletivas. As marcas coletivas contribuem para o aprimoramento da organização dos produtores cooperados/associados, dos processos de produção; tornando o produto de melhor qualidade e possibilitando – no futuro – a proteção da região por meio da IG.

As ações de fomento apresentam resultados de curto e longo prazo, e a IG caracteriza-se como bem imaterial de propriedade coletiva. Dessa forma as regiões de alcance desse trabalho encontram-se num processo de conhecimento do tema e discussão sobre a necessidade de mudanças no processo produtivo para a adequação necessária ao pedido de registro da IG. Com isso, durante o próprio processo de organização da produção, já podem ser vislumbrados ganhos econômicos e sociais, tanto para os produtores, quanto para a população local.

Especificamente no que tange às ações do PI em questão, foram realizadas: reunião de divulgação e sensibilização da IG em Luiz Eduardo Magalhães (cadeia produtiva do Café); reunião de

divulgação e sensibilização da IG em Canavieiras (cadeia produtiva do Pólen Apícola); reunião de divulgação e sensibilização da IG em Cruz das Almas (cadeia produtiva do Charuto); reuniões de acompanhamento e orientação do projeto de requerimento de registro de Indicação de Procedência da Microrregião Abaíra para o produto cachaça e participação mensal na reunião do GEOR (Grupo Gestor Orientado para Resultados) da cadeia produtiva de cana de açúcar, na microrregião de Abaíra/BA; reunião com parceiros da Região Sul da Bahia para discussão do processo de implantação da Indicação Geográfica para o produto Cacau Cabruca e; participação em reunião técnica nacional da DPDAG/SFA-BA, promovidas pela Coordenação Geral de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - CIG/SDC/MAPA, em Brasília.

As dificuldades encontradas concentraram-se, como já citado, principalmente na escassez de recursos financeiros. No entanto, é bom que se frise, a dificuldade de desenvolvimento de novas ações em decorrência da remoção ainda no primeiro trimestre do ano, da FFA que coordenava as ações de IG na Bahia, única na Divisão com conhecimento para tanto. Com a sua saída a DPDAG/SFA-BA pode tão somente manter algumas atividades, sendo necessário recorrer à Coordenação, em Brasília, quando as demandas surgidas requereram profissional com maiores conhecimentos do tema. Esta é inclusive uma deficiência que se notará no exercício vindouro, a menos que seja propiciada a capacitação de um técnico ou a agregação à atual equipe da DPDAG/SFA-BA de um profissional que tenha a capacitação requerida para coordenar as ações de IG no estado, o que seria o ideal.

Aliado a este fato, no decorrer do ano, os técnicos comprometem a execução dos planos operativos, em razão do surgimento de demandas não planejadas que não podem deixar de ser atendidas. Embora reconheça-se a importância de tais demandas, as mesmos geralmente são comunicados intempestivamente. Em resumo, a crescente quantidade de atividades que são solicitadas à Divisão e a falta de recursos e pessoal para atendimento, constituem os principais fatores de geração de uma demanda reprimida de ações de fomento, tanto de IG, quanto das demais áreas.

2.3.2.27. Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Plano Interno: MANUTSFAS.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SE
Coordenador nacional da ação	Estela Alves Medeiros
Unidades executoras	DAD
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DAD
Responsável pela execução da ação no nível local	Antonio Vitorino Alves Brito

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 29. Metas e resultados da Ação MANUTSFAS.

NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS (R\$)		
	PROGRAMADO	DISPONIBILIZADO	EXECUTADO
MANUTENÇÃO DA SFA/BA	1.649.618,17	1.606.195,73	1.591.327,62
3390.14 – Diárias	60.324,12	74.054,57	73.524,05
3390.30 - Material de Consumo	147.868,80	80.862,36	79.678,32
3390.33 - Passagens e Despesas de Locomoção	40.800,00	31.287,62	26.823,61
3390.36 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	8.000,00	1.800,00	1.800,00
3390.37 - Locação de Mão-de-Obra	639.293,88	637.157,02	637.157,02
3390.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	580.051,37	586.211,15	584.138,09
3390.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	2.483,47	2.483,47
3390.93 - Indenizações e Restituições	0,00	7.743,31	7.743,31
3391.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	23.280,00	34.236,23	27.941,82
3391.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	360,00	360,00
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	150.000,00	150.000,00	149.677,93

Fonte: SIAFI e Relatório de Atividades da DAD, 2010.

Análise das Metas e Resultados

A Divisão de Apoio Administrativo - DAD executou as suas atividades, em 2010, com base nos recursos provenientes do Plano Interno - MANUTSFAS, inserido no Programa de Apoio Administrativo do Ministério do Planejamento e sob gerenciamento do MAPA.

Devido à abrangência das atividades na manutenção da SFA/Ba, não é possível o estabelecimento de meta física para a Ação, uma vez que ainda não foi criado um indicador para esta atividade pelo Ministério da Agricultura. No Quadro acima, constata-se que dos recursos programados para o exercício (R\$ 1.649.618,17) foram disponibilizados 97,37% e executados 99,07%, quase que integralmente o valor deste.

Com relação aos gastos, a DAD tem uma preocupação toda especial com as despesas referentes à vigilância e segurança, bem como, limpeza e conservação, estando os mesmos dentro dos limites estabelecidos pelos Órgãos Federais competentes.

Convém ressaltar, no entanto, que mesmo com as limitações impostas, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço, dedicação e criatividade, para que as demandas solicitadas pelos Serviços da Área Fim fossem atendidas da melhor forma possível. Vale ressaltar que nas decisões tomadas foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

2.3.2.28. Outras Ação Desenvolvidas Pela Unidade

Além das Ações obrigatórias, descritas anteriormente e de responsabilidade desta UJ, convém registrar a movimentação de recursos da ordem de R\$ 53.450,33 disponibilizado nos Planos Internos: ADMSEDE1; ATIVOS; CAPACITA1; GAPSDC; INATPENS1; RESIDUOS; GAPINMET; MANUTCRH1; GAPCAFE; AGE e; FISCALPEC. O gerenciamento destes Planos é de responsabilidade das Secretarias Executivas do MAPA que repassam pequenos valores destinados a execução de atividades como treinamento de pessoal, viagens para participação em reuniões ou cursos, coletas de amostras para Programas Nacionais e despesas com encargos sociais.

2.4. Desempenho Operacional e Financeiro

(Alínea “d” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

A SFA-BA não é Unidade Orçamentária (UO), ela apenas é executora das ações finalísticas, utilizando recursos descentralizados pelo MAPA em Brasília-DF, para cada Plano Interno.

2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 30. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	2.591.984,88	1.606.577,10	2.591.984,88	1.420.919,39
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.591.984,88	1.606.577,10	2.591.984,88	1.420.919,39
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	805.073,79	624.181,98	805.073,79	592.615,85
Dispensa	372.213,06	371.677,81	372.213,06	356.244,54
Inexigibilidade	432.860,73	252.504,17	432.860,73	236.371,31
Regime de Execução Especial	180.514,54	62.098,79	144.394,86	27.220,20
Suprimento de Fundos	180.514,54	62.098,79	144.394,86	27.220,20
Pagamento de Pessoal	60.974.695,01	67.229.811,85	60.974.695,01	67.229.811,85
Pagamento em Folha	60.050.298,87	65.976.196,79	60.050.298,87	65.976.196,79
Diárias	924.396,14	1.253.615,06	924.396,14	1.253.615,06
Outras	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIAPE/GRCOFINDDP.

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 31. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	15.453,71	25.966,49	15.453,71	25.966,49	0,00	0,00	15.453,71	25.966,49
3190.08 - Outros Benefícios Assistenciais	15.453,71	25.966,49	15.453,71	25.966,49	0,00	0,00	15.453,71	25.966,49
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	2.929.168,36	4.142.048,07	1.544.364,90	3.517.126,37	1.384.803,46	624.921,70	1.544.364,90	3.644.024,54
3390.14 - Diárias - Civil	924.396,14	1.253.615,06	924.396,14	1.253.615,06	0,00	0,00	924.396,14	1.253.615,06
3390.30 - Material de Consumo	409.987,36	419.733,84	348.216,29	105.673,67	61.771,07	314.060,17	348.216,29	105.673,67
3390.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	124.018,60	262.959,56	124.018,60	262.959,56	0,00	0,00	124.018,60	262.959,56
Demais elementos do grupo	1.470.766,26	2.205.739,61	147.733,87	1.894.878,08	1.323.032,39	310.861,53	147.733,87	2.021.776,25

Fonte: SIAFI.

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 32. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	1.623.033,65	6.797.420,50	456.869,51	298.836,16	1.166.164,14	6.498.584,34	456.869,51	266.170,96
4430.42 – Auxílios	0,00	956.194,00	0,00	0,00	0,00	956.194,00	0,00	0,00
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	1.623.033,65	5.841.226,50	456.869,51	298.836,16	1.166.164,14	5.542.390,34	456.869,51	266.170,96
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

As despesas realizadas no exercício de 2010, com créditos recebidos por movimentação, tiveram sua execução determinada conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, regulamentado na Lei nº 8.666/93, editada em 21 de junho de 1993, que instituiu as normas para licitação e contratos da Administração Pública. As referidas despesas foram efetivadas obedecendo aos princípios administrativos de: legalidade, só tendo sendo praticado o que a lei autoriza; impessoalidade, efetuando-se apenas atos que a norma de direito indica e expressa como de forma impessoal e tratando todos os administrados sem discriminações ou benefício; moralidade, agindo somente de acordo com a lei, mas também de acordo com princípios éticos, pois nem tudo que é legal é honesto; publicidade, mantendo plena transparência com a divulgação oficial dos atos para o conhecimento público e; eficiência, realizando-se as atribuições com a máxima presteza, perfeição e rendimento possível, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

Nas contratações diretas, apresentadas no Quadro 30, estão incluídas as despesas com serviços de fornecimento de água, eletricidade e correios, através de termo de contrato, os quais são considerados de natureza continuada.

No início do exercício de 2010 a SFA/BA firmou contrato com empresa especializada na prestação de serviços de administração de combustível, através de cartão eletrônico, junto aos postos credenciados no Estado da Bahia, o que contribuiu para a redução considerável na emissão de suprimentos de fundos na Superintendência.

Quadro 33. Despesas liquidadas por elemento de despesa em 2010.

Elemento de Despesa	Despesa da SFA/BA				Despesas do MPA	Total Geral
	Outras	Convênio	Capital UJ	Total		
319008	25.966,49	0,00	0,00	25.966,49	0,00	25.966,49
333041	0,00	187.162,00	0,00	187.162,00	0,00	187.162,00
339014	1.216.940,00	0,00	0,00	1.216.940,00	36.675,06	1.253.615,06
339030	417.819,57	0,00	0,00	417.819,57	3.370,07	421.189,64
339033	257.240,88	0,00	0,00	257.240,88	5.718,68	262.959,56
339036	10.299,00	0,00	0,00	10.299,00	17.080,50	27.379,50
339037	707.703,84	0,00	0,00	707.703,84	32.267,90	739.971,74
339039	1.081.258,41	0,00	0,00	1.081.258,41	108.309,50	1.189.567,91
339092	3.461,69	0,00	0,00	3.461,69	12.659,16	16.120,85
339093	15.629,99	0,00	0,00	15.629,99	0,00	15.629,99
339139	28.091,82	0,00	0,00	28.091,82	0,00	28.091,82
339147	360,00	0,00	0,00	360,00	0,00	360,00
443042	0,00	956.194,00	0,00	956.194,00	0,00	956.194,00
449052	0,00	0,00	5.839.770,50	5.839.770,50	1.456,00	5.841.226,50
Total	3.764.771,69	1.143.356,00	5.839.770,50	10.747.898,19	217.536,87	10.965.435,06

Fonte: SIAFI.

A apresentação do Quadro 33 se faz necessário em decorrência dos valores apresentados nos demonstrativos anteriores não terem sido integralmente de responsabilidade da UJ. Nele está representada, de forma resumida, toda a movimentação dos recursos financeiros realizada pela SFA/BA no exercício. O total dos valores que foram liquidados ao longo do ano está organizado horizontalmente por todos os elementos de despesa ocorridos e, na vertical, seus valores são representados segundo dois critérios: aquelas que foram realizadas com a manutenção da própria

Unidade, e aí encontram-se separadas em despesas Outras, com Convênio e de Capital UJ; e aquelas despesas processadas em favor do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Tais recursos informados como despesas do MPA não têm nenhuma ligação com o custo da SFA/BA, que apenas executou a parte operacional da movimentação em favor da Secretaria de Aquicultura e Pesca no Estado da Bahia - SEAP/BA, unidade daquele Ministério no Estado.

Portanto, do total dos créditos orçamentários executados em 2010 (R\$ 10.965.435,06), R\$ 217.536,87 destinaram-se à Secretaria de Aquicultura e Pesca no Estado da Bahia - SEAP/BA para execução de suas atividades, recursos estes oriundos do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; restando à SFA/BA R\$ 10.747.898,19 que foram utilizados no acompanhamento de suas ações. Deste total, R\$ 6.795.964,50 consistiram em créditos para despesas de capital e R\$ 3.951.933,69 destinaram-se às despesas correntes. Vale salientar que as despesas correntes constituem-se despesas de natureza operacional, com a manutenção e o funcionamento da Superintendência. Por outro lado, as despesas de capital destinam-se à aquisição de materiais permanentes, tais como, aquisição de veículos, equipamentos de informática, etc. Incluso nos valores destinados às despesas da UJ está o montante de R\$ 1.143.356,00 que é referente a um Convênio que o MAPA mantém com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB.

Os gastos com pagamento de pessoal, efetuados pelo MAPA na SFA/BA totalizaram, em 2010, R\$ 65.976.196,79, correspondendo a um aumento de 9,87% em relação a 2009.

O total de recursos disponibilizados para a execução das Ações de responsabilidade da Unidade no exercício foi satisfatório, valendo salientar que um montante bastante significativo nos foi proporcionado próximo ao final do ano e se destinou a despesas de capital, utilizados na aquisição de veículos, equipamentos de informática, mobiliários, etc. Por outro lado constatou-se irregularidades na distribuição, ou seja, não existiu uma programação contínua de liberações, o que comprometeu o cumprimento de algumas metas operacionais. Ressalte-se que a descentralização dos recursos por depender do órgão central que estabelece as diretrizes, implica em muitas reprogramações orçamentárias pelos Serviços Técnicos da SFA/BA. Não há uma uniformidade de procedimentos nas diversas coordenações das Secretarias do órgão central. Em alguns PI's foi descentralizado o valor dos recursos solicitados; em outros, o valor liberado foi muito aquém do previsto; e em outros, o valor liberado foi além do solicitado. Outro fator que prejudicou na execução orçamentária foi a carência de pessoal administrativo, retardando o andamento dos processos licitatórios.

Convém informar que: as programações orçamentárias das áreas técnicas sempre são maiores do que as despesas realizadas em cada mês, isto gera Sobras/Saldos acumulados durante o exercício; as despesas de viagem são sempre realizadas fora do prazo estipulado pelas normas vigentes e; a liberação de recursos financeiros para pagamento das despesas liquidadas é realizado apenas uma vez por semana, isto muitas vezes gera atrasos em relação ao vencimento das faturas.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Para o cálculo dos Indicadores de Desempenho deverão ser utilizados apenas os valores que foram efetivamente gastos no custeio das atividades de cada Ação. Aqueles recursos disponibilizados e aplicados que não tiveram uma programação para o exercício não terão seus valores utilizados nos cálculos dos índices, pois isso, os tornariam incorretos, não refletindo a realidade no desempenho das atividades analisadas. Da mesma forma transferências de recursos destinados a cobrir despesas com convênios mantidos entre o MAPA e Órgãos estaduais, disponibilizados nos elementos de despesas 333041 e 443042, bem como as despesas com investimento realizadas no elemento

449052 também não farão parte dos cálculos. Portanto, em algumas Ações deverá haver diferenças entre os valores anteriormente informados e os utilizados nesta parte do Relatório.

2.4.3.1. Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Plano Interno: PCEANIMAL.

Produto da Ação: Propriedade atendida.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	5,32
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	27.000
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	143.609,01
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	3,29
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	20.164
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	66.302,15
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	27.000
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100	%	-25,32
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	38,18
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	74,68

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação.
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SSA
Fonte dos dados	Relatório de Atividades do SSA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -25,32% - Eficiência: 38,18% - Efetividade: 74,68%

Análise dos Indicadores

O desempenho dessa ação não foi muito satisfatório, como expressa os Indicadores Eficácia (-25,32%) e Efetividade (74,68%). Constata-se que o quantitativo programado para a meta física principal não foi plenamente alcançado. O fato decorre do número insuficiente de Fiscais Federais para atender as demandas necessárias para a execução das metas requeridas pelos programas de responsabilidade do Serviço. Também vale informar, que o montante de recurso disponibilizado para o custeio das atividades foi bem menor que o necessário. Entretanto, a Eficiência de 38,18% demonstra o empenho da equipe em aplicar da forma mais eficiente possível o pouco recurso disponibilizado.

2.4.3.2. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

Plano Interno: FEBREAFTOS.

Produto da Ação: Área livre.

Unidade de medida: km2.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	0,24
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	506.492
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	121.963,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	0,11
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	506.492
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	53.405,81
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	506.492
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	0,00
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	56,21
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	SSA
Fonte dos dados	Relatório de Atividades do SSA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,00% - Eficiência: 56,21% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

O bom desempenho observado nos índices de desempenho na Ação que tem como meta principal o seu programa de erradicação da febre aftosa e dessa forma, manter a Bahia como estado Livre da Febre Aftosa com Vacinação. Durante esse período não ocorreu disfunções de ordem estrutural que limitasse as atividades dos trabalhos do SSA, a metodologia de ação adotada foi determinante para o resultado obtido. Todos os Indicadores obtiveram resultados positivos.

2.4.3.3. Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **VIGIZOO2**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	0,29
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	42.000
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	12.251,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	0,03
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	30.472
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	918,22
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	42.000
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-27,45
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	89,67
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	72,55

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SSA
Fonte dos dados	Relatório de Atividades do SSA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -27,45% - Eficiência: 89,67% - Efetividade: 72,55%

Análise dos Indicadores

A falta de liberação de recursos e o número insuficiente de Fiscais Federais para atender as demandas necessárias na execução das atividades requeridas pelo programa de saúde animal, comprometeram o desempenho da Ação. A insuficiência de recursos foi atenuada durante a realização das ações de auditorias de outros PI's, devido à similaridade do risco comum a todos os programas que como o VIGIZOO2 deve "manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças", principalmente o PNEFA. Mesmo com essas deficiências os resultados alcançados foram satisfatórios, o que pode ser verificado nos Indicadores de Eficácia (-27,45%) e Efetividade (72,55%). Todo o esforço da equipe pode ser constatado no Indicador de Eficiência (89,67%), quando se observa que o total de recursos disponível para as atividades foi de apenas 7,49% do previsto.

2.4.3.4. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Plano Interno: **PCEVEGETAL**.

Produto da Ação: Área controlada.

Unidade de medida: Hectare

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	0,76
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	229.192
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	174.147,50
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	0,58
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	229.192
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	132.333,91
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	229.192
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	0,00
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	24,01
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	SSV
Fonte dos dados	Relatório de Atividades do SSV
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,00% - Eficiência: 24,01% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

Apesar dos problemas de mercado e da redução significativa no registro de pomares de mangas destinadas à exportação, os resultados obtidos foram satisfatórios. Toda a área inicialmente prevista para ser controlada foi coberta nas atividades e isso pode ser comprovado pelo resultado alcançado no Indicador de Eficácia de 0,00%. O desempenho observado na meta inspeções fitossanitárias realizadas em pomares de manga e mamão, no ano de 2010, foi superior ao previsto. A redução do número de registro de propriedades que participavam do programa de exportação influenciou, entretanto, não foi o bastante para um desempenho negativo do índice. O indicador de Eficiência foi de 24,01%, e mostra que a equipe técnica utilizou os recursos disponíveis de forma eficiente, mesmo recebendo valores menores que os programados para o exercício. O indicador de Efetividade de 100% demonstra que os propósitos da Ação foram plenamente alcançados.

2.4.3.5. Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **VIGIFITO1**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	4,74
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	160.000
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	759.022,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	4,02
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	83.977
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	337.571,49
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	160.000
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-47,51
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	15,26
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	52,49

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SSV
Fonte dos dados	Relatório de Atividades do SSV
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -47,51% - Eficiência: 15,26% - Efetividade: 52,49%

Análise dos Indicadores

Alterações climáticas decorrentes de excesso de chuva e baixas temperaturas, fato incomum nesse período do ano, atrasaram o início do processo de exportação. No tocante aos aspectos técnicos e comerciais, foram efetivados esforços no sentido de garantir os contratos de comercialização. Apesar dos problemas, os serviços foram executados de forma satisfatória, como mostram os indicadores de desempenho da Ação, mesmo sendo os recursos disponíveis muito menores que as necessidades reais, refletidos nos indicadores de Eficácia -47,51% e Efetividade 52,49% na meta física principal. A Eficiência de 15,26% indica ter havido empenho da equipe para promover uma redução do custo unitário de uma fiscalização realizada em relação ao que havia sido previsto.

2.4.3.6. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **FISCPLANTA2**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	2,75
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	33.226
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	91.500,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	2,36
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	34.007
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	80.304,05
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	34.007
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	2,35
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	14,25
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SVA e UVAGRO
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SVA e UVAGRO
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 2,35% - Eficiência: 14,25% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

O bom desempenho alcançado nos Indicadores de Eficácia (2,35%) e Efetividade (100%), indicando o cumprimento da meta física prevista, decorreu de fatores como a descentralização das ações, a unificação das equipes do Porto e do Aeroporto de Salvador e a adoção do novo sistema de plantão. O índice de 14,25% do Indicador de Eficiência revela que na execução desta Ação a equipe conseguiu um baixo custo operacional. Ressalte-se que do total de recursos disponibilizados, R\$ 18.000,00 foi direcionado para despesas de capital.

2.4.3.7. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **FISCANIMAL2**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	73,54
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	4.081
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	300.126,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	61,74
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	3.608
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	222.743,49
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	4.081
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-11,59
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	16,05
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	88,41

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SVA e UVAGRO
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SVA e UVAGRO
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -11,59% - Eficiência: 16,05% - Efetividade: 88,41%

Análise dos Indicadores

Os Indicadores de Desempenho desta Ação mostram a obtenção de resultados satisfatórios, com a realização de quase 90% das fiscalizações previstas para o exercício e destacando-se uma redução significativa do custo de cada fiscalização. Convém salientar que os Indicadores de Eficácia e Efetividade estão diretamente relacionados com demanda apresentada no setor.

2.4.3.8. Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal

Plano Interno: **INSPANIMAL3**.

Produto da Ação: Estabelecimento inspecionado.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	5.577,35
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	94
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	524.271,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	3.015,90
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	101
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	304.606,30
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	101
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	7,45
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	45,93
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	SIPOA
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SIPOA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 7,45% - Eficiência: 45,93% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

Os Indicadores de Desempenho revelam os bons resultados obtidos no acompanhamento das atividades da Ação. A meta física principal prevista foi ultrapassada e a Eficiência de 45,93% demonstra uma utilização de forma bem racional dos recursos disponibilizados. Ressalte-se, entretanto, que a falta de pessoal técnico, administrativo e motoristas, a disponibilidade de veículos oficiais em número suficiente para os deslocamentos de técnicos e a dificuldade para a realização de análises laboratoriais dificultaram bastante as ações do SIPOA no presente exercício. Os concursos públicos realizados pelo MAPA não têm atendido a demanda, quanto ao número de servidores exigidos, em particular no que se refere aos Fiscais Federais Agropecuários. Uma melhor distribuição do número de UTRAS poderia proporcionar mais agilidade no desempenho de todos os Serviços, tendo em vista a grande área geográfica do estado da Bahia. É necessário e urgente que se pense também no credenciamento de um laboratório no estado da Bahia para agilizar a realização de nossas análises. O Lanagro, laboratório credenciado que realiza atualmente a análise das nossas

amostras, está localizado no estado de Pernambuco e o excesso de demanda tem dificultado o andamento das ações deste SIPOA.

Mesmo com a descentralização de cerca de 60% do recurso financeiro previsto, os Indicadores de Desempenho apresentaram resultados positivos, demonstrando a otimização da aplicação, o esforço técnico, o uso racional dos equipamentos e dos recursos humanos.

2.4.3.9. Ação 8939 - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal

Plano Interno: **IPVEGETAL2**.

Produto da Ação: Estabelecimento inspecionado.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	898,06
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	149
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	133.811,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	569,51
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	147
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	83.718,69
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	149
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-1,34
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	36,58
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	98,66

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SIPOV
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SIPOV
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -1,34% - Eficiência: 36,58% - Efetividade: 98,66%

Análise dos Indicadores

A análise dos dados referentes às atividades desenvolvidas, no exercício de 2010, quantificada nos Indicadores de Desempenho reflete os bons resultados alcançados nesta Ação. Uma Eficácia de -1,34% expressa o cumprimento quase que pleno da meta física prevista, a Efetividade de 98,66% representa o cumprimento dos objetivos da Instituição a nível regional e, a Eficiência de 36,58%

atesta o empenho da equipe na redução do custo de cada inspeção realizada. Vale ressaltar, que o montante dos recursos disponibilizados para o custeio das atividades representa aproximadamente 62% do previsto, o que foi determinante na negatividade da Eficácia, mas que demonstra o esforço no atingimento de quase a totalidade da meta física.

2.4.3.10. Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais

Plano Interno: **PADCLASSIF.**

Produto da Ação: Produto fiscalizado.

Unidade de medida: Tonelada.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	0,38
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	519.386
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	196.326,62
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	0,09
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	598.124
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	52.010,01
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	598.124
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100	%	15,16
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	77,00
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SIPOV
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SIPOV
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 15,16% - Eficiência: 77,00% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

Após análise dos dados, pode-se concluir que o desempenho operacional do SIPOV/Qualidade Vegetal pode ser considerado ótimo, conseguiu-se a Eficiência de 77%, o que reflete uma boa utilização dos recursos disponibilizados. A meta foi ultrapassada com pouco mais de 25% dos recursos financeiros previstos, demonstrando o esforço para atingi-la. Entretanto, as liberações de recursos financeiros sem a observação do cronograma originalmente previsto e o número insuficiente de Fiscais dificultaram bastante as atividades desenvolvidas.

2.4.3.11. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado

Plano Interno: **FISCORGEN**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	272,96
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	131
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	35.758,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	181,29
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	76
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	13.778,13
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	131
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-41,98
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	33,58
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	58,02

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	SEFIA
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -41,98% - Eficiência: 33,58% - Efetividade: 58,02%

Análise dos Indicadores

Foi observada uma Eficácia da ordem de -41,98%, significando que o número de fiscalizações realizadas foi inferior ao que se havia previsto para o ano, estando este índice dentro de uma margem de normalidade. Quanto a Eficiência de 33,58% que representa ter havido uma redução significativa no custo unitário das fiscalizações realizadas, demonstrando todo o empenho da equipe na realização de seus objetivos. A Efetividade de 58,02%, como a Eficácia, reflete a dificuldade enfrentada no gerenciamento da Ação com um volume de recursos insuficiente. Com pouco mais de 1/3 do recurso financeiro disponibilizado, foi realizado mais da metade da meta física prevista.

2.4.3.12. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudras

Plano Interno: **FISCALSEM1**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	287,07
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	683
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	196.072,04
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	278,37
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	687
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	191.243,02
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	878
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	0,59
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	3,03
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	78,25

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	SEFIA
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,59% - Eficiência: 3,03% - Efetividade: 78,25%

Análise dos Indicadores

Uma Eficácia de 0,59% significa que as metas programadas foram superadas. Quanto a Eficiência de 3,03% representa que o custo efetivo individual de cada fiscalização realizada foi inferior ao programado, demonstrando uma boa racionalização dos recursos públicos aplicados. Apesar da Efetividade de 78,25% dá a idéia de um resultado não muito bom, isto não é verdadeiro, o índice representa que a maioria dos estabelecimentos cadastrados foram fiscalizados no exercício. O mesmo é bastante significativo e isso decorre da quantidade expressiva de estabelecimento no universo da Ação (878) e a grande extensão territorial do Estado. Vale destacar que a quantidade prevista de estabelecimento a serem fiscalizados foi de 578.

2.4.3.13. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Plano Interno: **FISFECOI**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	181,82
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	1.100
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	200.000,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	235,15
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	942
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	221.513,64
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	994
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-14,36
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	-29,33
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	94,77

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	SEFIA
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -14,36% - Eficiência: -29,33% - Efetividade: 94,77%

Análise dos Indicadores

Uma Eficácia de -14,36% significando que a quantidade de fiscalizações realizadas não atingiu os níveis desejados, situando-se em torno de 14%, um pouco abaixo do índice que havia sido previsto. Esse desempenho, abaixo do programado, pode ser explicado pelo fato de ter havido um grande volume de processos administrativos no SEFIA, inclusive de anos anteriores, pendentes de elaboração de Relatórios de Instrução de Julgamento e adotou-se como prioridade a elaboração dos mesmos, fato que provocou diminuição do tempo disponível para a realização das fiscalizações programadas. Quanto a Eficiência de -29,33%, que registra o custo efetivo unitário de cada fiscalização em relação ao programado, significando que o custo individual da fiscalização foi superior ao programado. Esse custo elevado é explicado pelo fato da participação de 20 Fiscais do SEFIA na RAIA (Reunião Anual de Insumos Agrícolas) ter sido custeado inteiramente pelo FISFECOI, totalizando um valor de R\$ 36.375,65, correspondente a 16,42% do total do orçamento de custeio. Tal custo é contabilizado no valor da fiscalização sem que seja computado como meta realizada de fiscalização. A Efetividade de 94,77 é bastante significativo haja vista o grande

universo de estabelecimentos cadastrados (994) e a grande extensão territorial do Estado, além do que, a maioria do universo existente são estabelecimentos comerciais (938), onde a quase totalidade são pequenos e micro estabelecimentos, localizados em pequenos municípios que, em virtude do baixo volume de fertilizantes comercializados se torna inviável, economicamente, à ação fiscal. Neste aspecto, merece destaque que a totalidade dos estabelecimentos industriais e importadores foram fiscalizados no presente exercício.

2.4.3.14. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins

Plano Interno: **FISAGROTOX.**

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	1.391,42
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	9
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	12.522,75
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	2.196,18
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	5
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	10.980,92
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	20
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-44,44
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	-57,84
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	25,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SEFIA
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -44,44% - Eficiência: -57,84% - Efetividade: 25,00%

Análise dos Indicadores

Foi observado uma Eficácia de -44,44%, significando que a quantidade de fiscalizações realizadas foi inferior ao programado. Esse desempenho, abaixo do previsto, deve-se ao fato de que algumas indústrias de agrotóxico produtoras de componentes, em número de 03, não puderam ser fiscalizadas no exercício em função de estarem dependentes de uma Instrução Normativa que irá

disciplinar a fiscalização. Por orientação da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins - CGA, estes estabelecimentos não deveriam ser fiscalizados até que a nova Instrução Normativa fosse editada. Quanto à Eficiência, que registra o custo efetivo unitário de cada fiscalização em relação ao programado, foi observado um valor de -57,84%, significando que o custo individual da fiscalização foi superior ao programado. Esse custo elevado pode ser, em parte, explicado pelo fato de que como as empresas de componentes, que não foram fiscalizadas, se encontrarem no Complexo Petroquímico de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador e apresentarem um custo relativo inferior às outras empresas fiscalizadas que se situam no interior do estado, o custo unitário por fiscalização do exercício foi maior. Outra razão é que um segundo fiscal foi incorporado às ações de fiscalização de agrotóxico no exercício, neste sentido, algumas fiscalizações que anteriormente eram realizadas por apenas um fiscal passaram a ser realizadas por dois, aumentando o custo por fiscalização. A Efetividade de 25% também foi reflexo da impossibilidade de fiscalizarmos as empresas produtoras de componentes.

2.4.3.15. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Plano Interno: **FISPROVET1**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	198,86
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	176
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	35.000,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	121,13
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	527
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	63.836,07
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	527
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	199,43
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	39,09
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SEFIP
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIP
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 199,43% - Eficiência: 39,09% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

O apoio das Unidades Técnicas Regionais da UJ nas fiscalizações realizadas no ano de 2010 contribuiu significativamente no valor alcançado, superando em muito a meta programada. Isso está bem caracterizado nos três Indicadores de Desempenho acima apresentados.

2.4.3.16. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Plano Interno: **FISCAGRIC1**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	752,87
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	36
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	27.103,86
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	243,59
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	20
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	4.871,80
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	34
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-44,44
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	67,65
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	58,82

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -44,44% - Eficiência: 67,65% - Efetividade: 58,82%

Análise dos Indicadores

Foi observada uma Eficácia da ordem de -44,44%, significando que a meta realizada se situou em níveis inferiores ao programado. Esse desempenho deve-se ao fato de que devido à fase de transferência de responsabilidades da Ação da SEFIA para a DPDAG levou a não realização das fiscalizações previstas para o mês de julho de 2010, num total de 16 fiscalizações. Quanto a Eficiência, que representa o custo efetivo unitário de cada fiscalização em relação ao programado,

foi registrado um valor de 67,65%, significando que o custo individual da fiscalização foi inferior ao programado. A Efetividade de 58,82% está vinculada as causas acima apresentadas e também ao pequeno volume de recursos disponibilizado no exercício para custeio das atividades. Em verdade, a liberação de menos de 20% dos recursos financeiros previstos foi determinante para os resultados não desejáveis dos Indicadores de Eficácia e Efetividade. Entretanto, o Indicador de Eficiência expressa o empenho da equipe que otimizou ao máximo a utilização dos recursos financeiros, mas decorrente de seu insuficiente valor não permitiu o atingimento da meta.

2.4.3.17. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Plano Interno: **FISCINAN.**

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	271,35
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	370
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	100.400,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	179,74
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	168
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	30.196,72
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	370
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-54,59
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	33,76
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	45,41

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SEFIP
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIP
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -54,59% - Eficiência: 33,76% - Efetividade: 45,41%

Análise dos Indicadores

Eficácia - Percebemos pelo valor negativo encontrado para o indicador, que a meta de fiscalização não foi alcançada. Os motivos que explicam tais resultados já foram demonstrados anteriormente no item Análise da Metas e Resultados.

Eficiência - O valor da eficiência foi positivo, portanto o valor do custo unitário realizado foi menor que o custo unitário previsto, demonstrando uma utilização bem racional dos recursos disponíveis.

Efetividade - O valor de 45,41% é baixo porque estão sendo considerados como universo da ação o total de fiscalizações em estabelecimentos fabricantes/fracionadores e comerciantes. Se considerarmos só as fiscalizações realizadas em estabelecimentos fabricantes/fracionadores, o valor da do indicador seria bem melhor. Esse resultado pode ser explicado pelas razões expostas no item Análise de Metas e Resultados.

Cabe aqui ressaltar, que mesmo com recursos financeiros da ordem de 30% do valor previsto a equipe foi capaz de realizar quase 50% das fiscalizações prevista para o exercício, demonstrando a eficiência de suas ações com um menor custo de cada fiscalização realizada. O pequeno volume de recursos também foi determinante para um baixo índice do Indicador de Efetividade.

2.4.3.18. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Para Multiplicação Animal

Plano Interno: **FISCGENE**.

Produto da Ação: Fiscalização realizada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	406,25
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	48
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	19.500,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	531,22
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	22
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	11.686,88
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	48
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100	%	-54,17
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	-30,76
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	45,83

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	SEFIP
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do SEFIP
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -54,17% - Eficiência: -30,76% - Efetividade: 45,83%

Análise dos Indicadores

Eficácia - Este indicador reflete o alcance da meta física no exercício e o seu valor de -54,17% decorre de uma menor disponibilidade de recursos para a Ação, bem como, da necessidade do Fiscal Federal Agropecuário em cumprir outras atividades dentro do PI FISCGENE (reuniões, cursos de capacitação, entre outras atividades).

Eficiência - O resultado final deste indicador ficou fora do previsto em virtude das distâncias da sede para os estabelecimentos a serem fiscalizados e também pela utilização de mais um Fiscal Federal nos deslocamentos/fiscalizações, o que não estava previsto na programação.

Efetividade – O alcance de apenas 45,83% observado neste indicador foi determinado pelos mesmos motivos indicados como entraves no indicador de Eficácia.

2.4.3.19. Ação 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas

Plano Interno: **ORGMANEJO2**.

Produto da Ação: Pessoa beneficiada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	2.357,20
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	6
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	14.143,20
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	-
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	-
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	2.092,80
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	6
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	-0-
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	-0-
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	-0-

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -0- - Eficiência: -0- - Efetividade: -0-

Análise dos Indicadores

Como está demonstrado nos resultados apresentados acima e já descritos anteriormente na análise das metas e resultados, praticamente não houve atividades desenvolvidas na meta física desta Ação. Isto impossibilita a aplicação dos Indicadores de Desempenho, não sendo possível estabelecer as devidas relações entre o previsto e o realizado.

2.4.3.20. Ação 8591 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

Plano Interno: **APOIOAGRIC1.**

Produto da Ação: Pessoa beneficiada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	-
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	-
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	-
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	-
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	-
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	7.266,44
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	-
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100	%	-0-
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	-0-
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	-0-

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -0- - Eficiência: -0- - Efetividade: -0-

Análise dos Indicadores

Como se percebe nos resultados apresentados acima e já descritos anteriormente na análise das metas e resultados, não houve programação prévia de atividades física nem financeira para a esta Ação. Isto impossibilita a aplicação dos Indicadores de Desempenho, não sendo possível estabelecer as devidas relações entre o previsto e o realizado.

As medidas necessárias para que se retomem as atividades desta Ação dependem fundamentalmente de sua Coordenação Nacional, estabelecendo de comum acordo com a DPDAG a programação prévia e em seguida provendo os recursos necessários para tanto.

2.4.3.21. Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Plano Interno: **CERTORGAN1.**

Produto da Ação: Unidade controlada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	812,99
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	15
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	12.194,80
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	571,16
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	17
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	9.709,64
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	25
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100	%	13,33
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	29,75
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	68,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 13,33% - Eficiência: 29,75% - Efetividade: 68,00%

Análise dos Indicadores

Os Indicadores de Desempenho expõem resultados positivos que demonstram o alcance dos objetivos de forma eficiente, eficaz e com efetividade, expressando o esforço de cumprimento não só do que foi planejado, e sim mais que isso. O cumprimento da meta na ação fez-se em razão principalmente das atividades de fiscalização programadas pelo SEPDA. Por sua vez, os trabalhos de divulgação da Lei que dispõe sobre a Agricultura Orgânica foram desenvolvidos aproveitando as oportunidades de contatos com os produtores orgânicos nas diferentes regiões contempladas pelas

ações programadas no PI DESENG. Ressalta-se que o indicador de Eficiência de 29,75%, significando que a equipe técnica foi eficiente na execução dos gastos. Além disso, o fato de os técnicos terem associado às ações do Plano Interno DESENG, possibilitou a execução das metas com um custo ainda menor que o previsto.

Pretende-se realizar a fiscalização de todos os estabelecimentos de produção orgânica vinculados aos produtores das feiras livres orgânicas do município de Salvador (15 estabelecimentos) e fiscalizar por amostragem 10 estabelecimentos orgânicos que fornecem a supermercados e/ou feiras livres do interior do Estado e dessa forma ampliar o Indicador de Efetividade para níveis próximos de 100%.

2.4.3.22. Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo

Plano Interno: **PROMOCOOP2**.

Produto da Ação: Entidade assistida.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	7.689,00
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	2
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	15.378,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	7.553,53
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	2
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	15.107,06
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	2
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	0,00
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	1,76
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,00% - Eficiência: 1,76% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

O índice de Eficácia 0,00% está no ponto de equilíbrio e reflete o alcance dos objetivos visados, ou seja, os acompanhamentos programados foram realizados. A Eficiência de 1,76%, também positiva, reflete o esforço pela otimização dos recursos financeiros disponíveis e com Efetividade de 100,00%, atingiu-se as expectativas da ação no Estado. Não há pois disfunções que necessitem ser citadas ou corrigidas.

2.4.3.23. Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse

Plano Interno: **FISCONTRATO**.

Produto da Ação: Fiscalização “in loco” de contratos de repasse.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	1.042,47
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	10
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	10.424,69
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	943,02
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	10
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	9.430,22
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	10
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	0,00
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	9,54
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,00% - Eficiência: 9,54% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

O Índice de Eficácia (0,00%) está no nível de equilíbrio e revela o cumprimento completo das metas através do alcance dos objetivos visados. Os resultados obtidos indicam Eficiência (9,54%), pois foi possível reduzir o custo de algumas atividades, tendo em vista a relação entre os recursos

aplicados e o produto final obtido, graças ao planejamento do curso das ações necessárias ao alcance dos resultados pretendidos. Efetividade 100,00%, indica ter se alcançado os objetivos da Ação do Programa no Estado.

2.4.3.24. Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Plano Interno: **APPRODUTOR.**

Produto da Ação: Vistoria prévia, fiscalização de convênios e participação em eventos.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	5.784,57
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	8
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	46.276,55
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	1.508,31
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	29
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	43.740,94
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	29
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	262,50
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	73,93
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 262,50% - Eficiência: 73,93% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

A Eficácia (262,50%), acompanhada da Eficiência (73,93%) é resultado do esforço de fazer mais e por um custo menor, o que foi possível dada às características das atividades realizadas. A redução de custo unitário das atividades é fruto da realização a um custo expressivamente menor do Seminário de Parcerias Institucionais, onde a CODEVASF assumiu parte dos custos abrigoando em sua Superintendência o evento. O alcance dos objetivos visados está expresso nos índices de desempenho observados e a Efetividade de 100,00% expressa a abrangência programática. As ações foram executadas através dos procedimentos mais indicados, a fim de assegurar a otimização dos recursos disponíveis.

Diante dos indicadores de desempenho do exercício anual 2010, consideramos que as atividades na Ação APPRODUTOR foram bem sucedidas.

2.4.3.25. Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

Plano Interno: **DESENGORG.**

Produto da Ação: Pessoa beneficiada.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	74,27
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	200
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	14.854,50
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	55,64
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	250
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	13.910,60
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	250
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100	%	25,00
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	25,08
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	100,00

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	<p>Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) - 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.</p> <p>Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação.</p> <p>Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.</p>
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 25,00% - Eficiência: 25,08% - Efetividade: 100,00%

Análise dos Indicadores

Consideramos positivo o desempenho do PI em questão tomando-se como referência os Indicadores utilizados. Não há, pois disfunções a comentar.

2.4.3.26. Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Plano Interno: **INDIGRAF.**

Produto da Ação: Promoção e participação em eventos de acompanhamento, difusão e regulamentação de Indicação Geográfica.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	668,10
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	21
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	14.030,00
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	330,91
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	14
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	4.632,73
Universo da Ação	TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade	Unid.	21
Indicadores	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100	%	-33,33
	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	50,47
	Efetividade = (QTR : TPF) . 100	%	66,67

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficácia, Eficiência e Efetividade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Físico e Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100 Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação, no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Efetividade = (QTR : TPF) . 100 Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetivo foi a Ação.
Área responsável	DPDAG
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades do DPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -33,33% - Eficiência: 50,47% - Efetividade: 66,67%

Análise dos Indicadores

O principal impacto sobre o desempenho neste Plano Interno, que resultou em Eficácia negativa (-33,33%) e Efetividade (66,67%) foi a falta de recursos financeiros para a execução da maior parte das ações programadas. Apenas 33% dos recursos orçados foram disponibilizados e destes cerca de 90% no último trimestre do ano, para atendimento de demandas específicas e momentâneas. Restou apenas à Divisão esmerar-se na aplicação dos recursos disponibilizados, o que resultou em 50,47% de Eficiência. Isto se deu pois se em 2010 a maior parte das atividades programadas não puderam ser executadas por falta de recursos, outras, que não constavam da programação foram executadas, com a utilização inclusive de recursos de outras fontes e/ou com ônus de parceiros. Esta variável é decorrente da peculiaridade principal da DPDAG que é o atendimento das demandas surgidas na sociedade que na sua maioria se dão ao longo do exercício sem que o planejamento prévio das

atividades da Divisão as alcance. E, influi decisivamente na análise deste indicador, o que torna o resultado menos expressivo do que aconteceu na prática.

Assim, apesar das dificuldades enfrentadas pelo Serviço – demandas repentinas, dependência de parceiros para execução das metas, etc. e considerando as regiões de abrangência das ações, a existência de cooperativas interessadas em processo de elaboração do pedido de registro de IG e a difusão do tema no Estado, concluímos que as ações relativas ao Fomento à IG de Produtos Agropecuários na Bahia, estão sendo bem sucedidas, revelando incrementos importantes e significativos, tendo sido ampliada suas ações em relação ao ano passado.

Não há causas de insucessos derivadas da atuação da DPDAG no tocante ao PI INDGRAF. O que se pode concluir da análise das realizações acima é que medidas devem ser tomadas no sentido de adequar e garantir o fluxo de recursos financeiros para atender à programação realizada no estado, e por outro lado, dada às peculiaridades das ações desenvolvidas pela DPDAG, deve-se buscar a definição de indicadores que possam melhor mensurar e avaliar corretamente as variações entre Programado e Realizado decorrentes do atendimento de demandas extemporâneas.

2.4.3.27. Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Plano Interno: **MANUTSFAS.**

Produto da Ação: Superintendência mantida.

Unidade de medida: Unidade.

Metas e resultados da Ação.

Previsto	CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)	R\$	1.649.618,17
	QTP = Quantidade Total Prevista	Unid.	1
	CTP = Custo Total Previsto	R\$	1.649.618,17
Realizado	CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)	R\$	1.591.327,62
	QTR = Quantidade Total Realizada	Unid.	1
	CTR = Custo Total Realizado	R\$	1.591.327,62
Realizado 2009	CTR2009 = Custo Total Realizado em 2009	Unid.	1.339.443,32
Indicadores	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)	%	3,53
	Economicidade = ((CTR2010 : CTR2009) . 100) - 100	%	18,81

Indicadores de Desempenho.

Nome do Indicador	Eficiência e Economicidade
Utilidade	Avaliar a condução e execução da ação
Tipo	Financeiro
Fórmula de cálculo e método de medição	Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1) Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a unidade foi eficiente na condução da ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da ação. Economicidade = ((CTR2010 : CTR2009) . 100) - 100 Custo total realizado em 2010 em relação ao custo total realizado em 2009. Mede o resultado alcançado pela Ação em relação ao ano anterior. Se o indicador é negativo, indica ter havido uma redução de custo da Ação no presente exercício.
Área responsável	DAD
Fonte dos dados	Relatórios de Atividades da DAD
Resultado do indicador no exercício	Eficiência: 3,53% - Economicidade: 18,81%

Análise dos Indicadores

Sabe-se que é muito difícil a definição de indicadores para monitoramento dos resultados na atividade-meio. Porém, em relação às principais despesas da unidade, elas foram realizadas de forma prudente e coerente.

O índice de Eficiência do PI MANUTSFAS da ordem de 3,53% revela ter havido uma racionalização e economia dos gastos no exercício, sendo utilizados apenas 96,47% dos valores previstos. Em relação a 2009, houve um pequeno aumento nos gastos da Unidade, o que está expresso no índice de 18,81% no Indicador de Economicidade, entretanto, este incremento não está relacionado com um aumento de despesas no exercício, e sim, decorre de uma disponibilização de recursos menor que a prevista no ano anterior.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(Item 3 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Item 4 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 34. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	44.169,88	0,00	44.169,88	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.384.803,46	41.961,17	1.342.842,29	0,00
2008	380.432,63	65.838,43	314.594,14	0,00
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI.

4.2. Análise Crítica

Os pagamentos sempre são demorados devido à lentidão na liquidação das despesas, é comum sempre se anular empenhos de RP por não conclusão da despesa pela Unidade. Conforme a legislação a nossa Unidade não tem mantido os valores de RP por mais de um exercício.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(Item 5 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 35. Composição do quadro de recursos humanos - situação apurada em 31/12/2010.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	275	3	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	270	3	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	270	3	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	5	-	-
1.4.1 Cedidos	-	2	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	3	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	-	275	3	-

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

Quadro 36. Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária - situação em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	3	-	86	129	57
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	3	-	82	128	57
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	4	1	-
2.Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	1

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

Quadro 37. Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade - em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	5	6	121	72	64	7	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	5	6	121	69	62	7	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	3	2	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 38. Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2010.

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	153	5
1.1 Voluntária	140	4
1.2 Compulsório	4	1
1.3 Invalidez Permanente	9	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	120	-
2.1 Voluntária	111	-
2.2 Compulsório	5	-
2.3 Invalidez Permanente	4	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

Quadro 39. Composição do quadro de instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12/2010.

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	403	14
2. Proporcional	326	-

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 40. Composição do quadro de estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	23	25	23	22	95.910,51
• Área Fim	23	25	23	22	95.910,51
• Área Meio	-	-	-	-	-
Nível Médio	9	14	14	13	31.013,26
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	9	14	14	13	31.013,26

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro 41. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	26.105.297,52	82.715,16	11.378.959,70	1.640.153,79	617.161,34	971.728,09	756.313,10	41.552.328,70
2009	37.320.324,38	87.432,15	15.905.810,19	2.214.066,70	632.263,03	1.292.602,86	934.294,02	58.386.793,33
2010	41.007.687,13	93.709,26	17.268.027,56	2.238.599,66	904.614,41	1.564.577,72	981.571,20	64.058.786,94
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	438.802,32	216.569,64	36.566,86	68.985,00	3.396,96	45.565,92	9.573,12	819.459,82
2009	659.018,49	231.729,60	50.693,73	95.887,92	4.527,60	72.853,30	12.413,27	1.127.123,91
2010	782.345,76	143.460,08	65.195,48	124.236,00	43.776,00	120.969,84	17.541,48	1.297.524,64
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	220.114,32	35.594,16	18.342,86	24.748,80	8.285,52	19.860,36	6.320,14	333.266,16
2009	370.679,92	43.137,72	28.513,84	48.240,00	9.762,24	28.871,74	7.176,17	536.381,63
2010	391.042,80	41.960,20	32.586,90	53.244,00	36.480,00	55.028,16	9.543,15	619.885,21

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro 42. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001						CNPJ: 00.396.895/0024-11							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	E	09/2010	10.705.957/0001-97	01/11/10	01/05/11	7	7					A
2008	L	O	05/2008	06.001.810/0001-49	19/03/08	27/10/10	7	7					E
2007	V	O	01/2007	05.429.384/0001-86	20/12/06	19/12/11			8	8			A

Observação:
Todos os processos de terceirização de serviços na SFA/BA foram desenvolvidos levando em consideração as deliberações contidas no Acórdão nº 1520/2006 – Plenário.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2010.

Quadro 43. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001					CNPJ: 00.396.895/0024-11								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1 e 3	O	07/2010	10.705.957/0001-97	01/01/10	31/12/14	1	1	10	10			A

Observação:
Todos os processos de terceirização de serviços na SFA/BA foram desenvolvidos levando em consideração as deliberações contidas no Acórdão nº 1520/2006 – Plenário.

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2010.

Quadro 44. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2007	8	2	UTRA – Vitória da Conquista
“	8	4	Sede e Anexo
“	8	2	Galpão – Cabula
07/2010	1	2	SVA – Porto
“	1	1	SEFIA – Sede
“	1	1	SIPOV – Sede
“	1	6	Administração – Sede
“	3	1	Administração – Sede
09/2010	7	1	SVA – Porto
“	7	1	UTRA – Vitória da Conquista
“	7	5	Sede e Anexo

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2010.

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SFA/BA não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Como Unidade integrante do Ministério da Agricultura, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Órgão Central, para que haja uniformização de procedimentos a nível nacional.

Situação dos Recursos Humanos

De uma maneira geral, a situação dos Recursos Humanos na SFA/BA começa a apresentar preocupação, pois o envelhecimento dos servidores e, por conseguinte, o aumento de aposentadorias sem a devida reposição, através de contratação de pessoal (concurso público), poderá comprometer no futuro próximo, o atendimento das demandas. A média de idade do servidor, por exemplo, se encontra hoje em torno de 50 anos. Dados da SRH revelam que 1/3 do quadro efetivo da SFA/BA já tem tempo para aposentadoria. Os concursos que têm sido feitos pelo Ministério da Agricultura mais direcionados para cargos da atividade-fim não conseguem atender inteiramente as necessidades da Unidade. Com relação aos servidores ligados ao apoio administrativo, a situação torna-se ainda mais crítica, em razão da falta de renovação do quadro. No último concurso para servidores administrativos, realizado em 2010, apenas 3 servidores foram lotados na Unidade. Assim, além do número estar sendo reduzido por aposentadorias e baixos salários a inexistência de uma carreira que os coloquem em correlação com os servidores da área fim são entraves que requerem soluções urgentes, pois estão na essência das principais dificuldades estruturais constatadas pela SFA/BA para a realização plena de seus objetivos. O ideal seria um acréscimo de pelo menos 30% de servidores (nas áreas: fim e meio) para o atendimento pleno de demandas internas e externas.

Quanto à capacitação de servidores, a SFA/BA tem contado com o apoio da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP do Ministério da Agricultura, que tem como política proporcionar aos servidores uma constante atualização nas áreas de seus interesses, visando aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos e, por consequência, avanços em seu desempenho.

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

(Item 6 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

Quadro 45. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA									
CNPJ: 00396895/0024-11					UG/GESTÃO: 130029/00001				
Informações sobre as transferências - Valores em R\$ 1.000,00									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	627737	03057966/0001-53	7.727,37	750,00	-	7.727,37	04/07/08	31/12/09	4
1	743360	03057966/0001-53	1.339,29	195,93	-	-	30/6/10	30/06/11	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados Valores Repassados nos Três Últimos Anos

Quadro 46. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA						
CNPJ: 00396895/0024-11				UG/GESTÃO: 130029/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	-	1	6.977.370,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	1	6.977.370,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Quadro 47. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	1.143.356,00	0,00	1.143.356,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	1.143.356,00	0,00	1.143.356,00	0,00

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 48. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	-
		Montante Repassado		6.977.370,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	1	-	
		Montante Repassado (R\$)	4.946.961,63	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.1.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 49. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA						
CNPJ: 00396895/0024-11				UG/GESTÃO: 130029/00001		
Exercício da prestação de contas		Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2010		Quantidade de contas prestadas			1	-
		Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
			Montante repassado (R\$)		-	-
		Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
				Quantidade Reprovada	-	-
			Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	-	-
				Quantidade	1	-
		Montante repassado (R\$)	6.977.370,00	-		
2009		Quantidade de contas prestadas			-	-
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
			Montante repassado (R\$)		-	-
2008		Quantidade de contas prestadas			-	-
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
			Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2008		Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
			Montante repassado		-	-

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.2. Análise Crítica

Os convênios aqui informados, tendo como concedente a UJ e como conveniente a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, tiveram os seus recursos financeiros repassados procedentes da área de Sanidade Animal e Vegetal da SFA-BA, sendo os objetivos pactuados e executados, na sua vigência, de grande importância para o agronegócio do Estado da Bahia, tendo em vista à manutenção dos acordos bilaterais para exportações de frutas, a exemplo da manga, uva e mamão, e a manutenção de Área Livre de pragas para a Sigatoka Negra, no caso específico da bananicultura. Portanto, os recursos financeiros transferidos para a ADAB objetivam a execução de ações fitossanitárias, com o intuito de garantir a defesa sanitária animal e vegetal no Estado.

Existem atualmente dois convênios em andamento na Unidade: o primeiro teve vigência de 04/07/08 a 31/12/09, encontra-se concluído, foi apresentada a prestação de contas pela ADAB no prazo legal, estando no momento em análise na área competente desta SFA-BA; quanto ao segundo, com vigência de 30/06/10 a 30/06/11, sua situação é adimplente, tendo sido liquidado os valores acertados, entretanto, até o dia 31/12/10 nenhum valor havia sido efetivamente pago. Não temos

transferências na situação de inadimplência. Quanto aos valores destinados a atender às transferências, no exercício, estão devidamente liquidados e registrados na conta de Restos a Pagar.

Os valores transferidos ao longo dos últimos três anos evoluíram de R\$ 3.096.230,00, em 2007, para R\$ 6.977.370,00, em 2008, representando um acréscimo percentual de 44,4% nos valores repassados. Ressalte-se que existem recursos liquidados no valor de R\$ 1.143.356,00 a serem transferidos à conveniente.

As prestações de contas quanto ao modo encontrado de apresentação evoluem de modo periódico, tendo em vista que o pessoal encarregado pela Conveniente para a prestação dos serviços são servidores temporários, sendo os mesmos demitidos ao final de quatro anos, o que gera transtornos na qualidade serviços e desobediência quanto aos prazos legais estipulados e à grande quantidade de diligências expedidas acrescente-se que nesta SFA-BA, devido à carência de pessoal, as prestações de contas são analisadas cumulativamente com outros serviços, o que concorre também para o alongamento dos prazos, impossibilitando o alcance total dos objetivos, bem como comprometendo o planejamento que objetiva a Unidade.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

(Item 9 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

7.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro 50. Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Esta UJ atuando devidamente atrelada aos Órgãos Centrais do MAPA e ao MPOG tem aperfeiçoado ao longo dos últimos 5(cinco) anos seus controles, tendo chegado neste exercício a níveis bastante satisfatórios, o que permitiu em alguns momentos tomada de decisões preventivas e corretivas. Para o exercício de 2011 estamos implantando sistemas e aperfeiçoando mecanismos que permitirão a realização de Reuniões periódicas de Análise Estratégica (RAEs) para tomada de decisões específicas, no sentido de determinados projetos, estribados na participação de todo corpo funcional.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ</p>					

8. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

(Item 10 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 51. Gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
<i>Considerações Gerais:</i>					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

(Item 11 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 52. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF BAHIA	25	25
	Anguera	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
	Camaçari	2	2
	Catu	1	1
	Ipirá	1	1
	Itaberaba	1	1
	Itabuna	2	2
	Itanhém	1	1
	Juazeiro	1	1
	Lençóis	2	2
	Medeiros Neto	1	1
	Palmeiras	1	1
	Poções	1	1
	Salvador	4	4
	Santa Inês	1	1
	Serra Preta	1	1
	Tremedal	1	1
	Vitória da Conquista	2	2
	Subtotal Brasil	25	25
EXTERIOR	Não se aplica	0	0
	Não se aplica	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		25	25

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Quadro 53. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Não se Aplica	0	0
	Não se aplica	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	Não se Aplica	0	0
	Não se aplica	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Quadro 54.Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130029	3329.00002.500.7	4	4	35.000,00	04/12/2008	40.000,00		
130029	3377.00022.500.6	12	6	80.000,00	18/09/2009	196.000,00		
130029	3413.00006.500.9	12	6	95.000,00	18/09/2009	243.750,00		
130029	3413.00005.500.3	12	4	40.000,00	18/09/2009	54.347,80		
130029	3449.00006.500.0	12	3	10.000,00	18/09/2009	43.500,00		
130029	3581.00002.500.8	4	3	40.000,00	04/12/2008	55.000,00		
130029	3595.00020.500.6	12	3	100.000,00	18/09/2009	134.000,00		
130029	3597.00032.500.8	12	3	40.000,00	20/12/2008	75.000,00		
130029	3597.00031.500.2	12	3	286.000,00	22/05/2009	430.000,00		
130029	3621.00004.500.1	12	3	26.000,00	18/09/2009	50.000,00		
130029	3669.00018.500.2	12	3	40.000,00	18/09/2009	140.000,00		
130029	3687.00004.500.4	12	3	70.000,00	23/10/2010	90.000,00		
130029	3687.00007.500.0	12	3	150.000,00	18/09/2009	300.000,00		
130029	3723.00003.500.9	12	3	140.000,00	18/09/2009	150.000,00		
130029	3771.00002.500.3	12	3	180.000,00	18/09/2009	282.000,00		
130029	3803.00059.500.6	12	3	310.000,00	18/09/2009	357.000,00		
130029	3849.00437.500.9	15	5	1.744.254,00	04/12/2011	2.277.740,38	43.050,73	
130029	3849.00439.500.0	12	3	1.000.000,00	19/07/2008	1.059.500,00		
130029	3849.00438.500.4	12	3	400.000,00	19/07/2008	550.000,00		
130029	3849.00669.500.0	12	7	300.000,00	19/07/2008	410.000,00		
130029	3859.00004.500.1	12	7	63.000,00	04/12/2008	72.000,00		
130029	3907.00002.500.4	12	3	20.000,00	04/12/2008	60.000,00		
130029	3935.00006.500.1	12	3	40.000,00	19/07/2008	52.000,00		
130029	3965.00030.500.4	12	3	200.000,00	18/09/2009	756.485,20	12.800,00	
130029	3965.00041.500.4	15	5	400.000,00	19/07/2009	530.000,00		
Total							55.850,73	0,00

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Análise Crítica

Os bens imóveis de uso especial que estavam sob responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010 foram anteriormente informados. Todos os 25 imóveis são de propriedade da União e estão localizados no Estado da Bahia e, nenhum no exterior, como também não existem bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

A SFA/BA vem tomando providências no sentido de regularizar a situação de alguns bens imóveis, sob a sua jurisdição e que não se encontravam em condições de atender as necessidades inerentes ao serviço de fiscalização. Com base em Relatório de Inspeção apresentado por uma Comissão criada para analisar e avaliar a situação física e jurídica dos bens imóveis a Superintendência adotou medidas efetivas no sentido de se desfazer dos mesmos através de reversão à Secretaria de Patrimônio da União. Foram abertos processos e encaminhados ao NAJ/AGU/BA para análise e parecer jurídico e posteriormente ao Chefe da DMP/CAMP/CGLSG - Brasília DF, visando à confecção do ato autorizativo, determinado pelo Sr. Ministro da Agricultura.

10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

(Item 12 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

10.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 55. Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	6				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			

13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Trabalhamos em equipe, com metas e planejamento definidos pelo setor. Quanto a investimento e segurança ficam a cargo da CGTI/BSB/DF. Esta STI/SFA-BA não participa de novas aquisições de equipamentos e procuramos manter funcionando equipamentos ultrapassados e quando dá defeito e não possui recursos para aquisição de peças para reposição, com o tempo mandamos para descarte.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

(Item 14 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

12. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

(Item 15 do Anexo II-A da DN TCU 107/2010)

12.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU no exercício de 2010.

12.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existiam deliberações do TCU pendentes de atendimento no final de 2010.

12.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não houve auditoria na SFA/BA em 2010, portanto, não houve recomendações do OCI.

12.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não havia recomendações do OCI pendente de atendimento no final do exercício.

13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ
(Item 1 do Anexo II-B da DN TCU 107/2010)

Quadro 56. Declaração do contador com ressalva.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/BA			130029
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000 E 199620500.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

14. RESULTADOS E CONCLUSÕES

SFA/BA é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura. Nesse sentido, empenhou-se no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreendeu todas as regiões do Estado da Bahia. Nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandaram uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência foi fundamental.

Como principais realizações da gestão no exercício destacam-se: o incremento nas atividades de aprovação de terreno e projetos de construção e supervisão de estabelecimentos na área de mel e seus derivados; no PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes destaca-se a coleta e análise de amostras de produtos de origem animal e vegetal para controle operacional, análise fiscal e pesquisa de fraude econômica; adesão do Estado da Bahia ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção com habilitação de quatro empresas com SIE - Serviço de Inspeção Estadual, consolidando o sistema e permitindo que participem do comércio nacional de produtos de origem animal; também o PNCRC foi detectado sérios problemas de contaminação de vegetais por resíduos de agrotóxicos, a exemplo do mamão no Extremo Sul da Bahia; no PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, consolidou-se a extinção da Zona Tampão, área que isolava a área livre de Febre Aftosa da Bahia de áreas de risco como o Estado do Piauí, significando a inclusão de um volume em torno de 10% do rebanho baiano para a Zona Livre, ou seja, hoje o Estado da Bahia é 100% Livre de Febre Aftosa com vacinação; no PNSA - Programa Nacional de Sanidade Avícola, reconhecido na auditoria feita pelo DSA/SDA-MAPA como um dos melhores do Brasil, na avaliação a Bahia teve a quarta melhor pontuação; no PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, o Estado da Bahia também mereceu destaque do DSA – Departamento de Saúde Animal, tendo obtido boa avaliação; no PNCBT – Programa Nacional do Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose destaca-se a certificação das 9 primeiras propriedades livres no Estado e de 17 em vias de certificação; a intensificação da fiscalização das ações delegadas a ADAB, principalmente nas áreas do controle das fitomoléstias da soja, algodão, citros, fumo, banana e anonáceas; intensificação na fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola; intensificação na fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade; a ascensão da UVAGRO - Porto de Salvador para SVA, deixando de ser Unidade e passando a ser um Serviço, em reconhecimento a importância, complexidade e forte movimentação comercial de vegetais e animais e seus produtos, subprodutos e derivados e de insumos agropecuários, sendo responsável por quase 50% do movimento de exportação e importação da Região Nordeste e; a fiscalização da exportação e importação dos produtos vegetais e das embalagens de madeira, que tem crescido ano após ano.

Como principais dificuldades para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacamos: mesmo tendo melhorado a sistemática da descentralização de recursos financeiros, tivemos problemas com o volume direcionado para alguns programas, impactando diretamente no desempenho físico; a falta de concurso público para atender a carência por servidores técnicos e administrativos; a realização das eleições 2010 impactou diretamente na participação da SFA/BA em eventos científicos e agropecuários, pela proibição do uso de material de divulgação com a marca do Governo e pelas óbvias limitações legais para liberação de recursos financeiros para apoio promocional; a mudança promovida para liberação de suprimento para combustível, através do uso

do cartão de crédito, gerou alguns percalços e provocou a insatisfação de alguns servidores, pois nem todos os Postos aceitam o cartão ou às vezes o sistema está fora do ar e alguns servidores tiveram que pagar o combustível do próprio bolso, sendo ressarcidos posteriormente, mas enfatizamos que o uso do cartão é melhor que o sistema anterior, pois permite um controle mais eficaz e; a burocracia, atualmente necessária, na tramitação dos processos de licitação, também vem se configurando num forte obstáculo para a realização das atividades finalísticas da SFA/BA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos, pelas idas e vindas dos processos, também a qualidade de alguns materiais de consumo adquiridos, por meio de licitação por pregão eletrônico, é sofrível, obrigando a devoluções que provocam novos atrasos.

Tendo em vista as previsões de crescimento da produção agropecuária brasileira e a forte demanda internacional por importações dos produtos agropecuários com a recuperação econômica de países em crise e o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros, que fortalece a demanda do mercado interno, o quadro conjuntural permite traçarmos uma perspectiva de forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Acrescente-se o fato dos nossos recursos financeiros não serem mais contingenciáveis e termos renovado nossa frota de veículos e adquirido equipamentos de informática atualizados, podemos inferir que o ano de 2011 será de resultados positivos para a eficiência, eficácia e efetividade de nossas ações, minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira. Fica faltando concurso público e contratação de pessoal técnico e administrativo para comemorarmos mais um ano de bons resultados para a SFA/BA e a agropecuária baiana e brasileira.

Finalmente, com este relatório, a SFA/BA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2010 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

15. ANEXO 1

Declaração da Coordenação Geral de Administração de Pessoas sobre bens e rendas dos servidores da Área Contábil.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portiguez de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARACAO/SLMBS
15/2/2011

ELABORAÇÃO:

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

- ❖ *Aécio Alves de Lima*
- ❖ *Antônio Carlos de Miranda*
- ❖ *Neide Marina Ribeiro da Silva*

COLABORAÇÃO:

- ❖ *Elizabete Rodrigues Silva - Técnica de Planejamento*
- ❖ *Altair Santana de Oliveira - Chefe da DDA*
- ❖ *Antonio Vitorino Alves Brito - Chefe do DAD*